

Departamento de História

Missão de estudos arqueológicos no Sudoeste de Angola (MEASA), em 1966

Contributo para a sua divulgação

Fernando Manuel Rodrigues Pinto Varela dos Santos

Trabalho de projeto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Gestão e Estudos da Cultura – Museologia

Orientadora:

Doutora Isabel Pombo Cardoso, Investigadora,
FCT – Universidade Nova de Lisboa

Co-orientadora:

Doutora Maria João Vaz, Professora Auxiliar,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

outubro, 2015

Agradecimentos

Estas palavras são dirigidas àqueles que tornaram possível a realização deste projeto. A sua execução aconteceu porque pude contar com o apoio de investigadores que ajudaram a organizar o meu pensamento. Entre conversas, sugestões, críticas, investigação e estudo, nasceu esta contribuição para a divulgação da MEASA. Assim, quero manifestar o meu agradecimento a todos os que acreditaram e comigo enfrentaram esta tarefa: Doutora Ana Cristina Martins, anterior responsável do ex-Centro de Pré-história e Arqueologia – IICT; Doutora Isabel Pombo Cardoso, orientadora do Projeto; Doutora Maria João Vaz, co-orientadora do mesmo; ao colega Arlindo Paliotes; à minha saudosa mãe..., ausente, mas sempre presente em memória, Doutora Fernanda Varela Santos e família, sobretudo ao meu filho Afonso, pela solidariedade, como também, ao ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa. Termino estas notas, dirigindo um elogio ao curso – Gestão e Estudos da Cultura – e colegas, com quem partilhei estes dois anos em prol do conhecimento.

A todos, muito obrigado.

Resumo

O pensamento que esteve na origem e decisão de avançar com este projeto está apoiado nos estudos que realizei no ex-Centro de Pré-história e Arqueologia – IICT. Interessou-me perceber o impacto da MEASA, no domínio da pré-história, levada a cabo pelo geólogo e arqueólogo Miguel Ramos, em 1966, à luz da produção do conhecimento de então, com o propósito de a dar a conhecer. Esta é a minha principal motivação. Assim, estive ocupado com uma dupla tarefa, compreender a missão e a sua importância, na primeira fase de investigação e, na segunda, procurar a forma de a divulgar.

Até porque esta missão, a exemplo de outras, tem elevado interesse científico, possibilitando a observação de fenómenos relacionados com a construção do conhecimento relativo à pré-história, em particular o proveniente da escola francesa de André Leroi-Gourhan, o qual terá influenciado Miguel Ramos. Pelo que inferi da investigação desenvolvida, Miguel Ramos realizou a missão em 1966, no sudoeste de Angola, recorrendo à utilização teórico-metodológica e aos conhecimentos adquiridos nos estabelecimentos de ensino em Paris, quando da sua estada nesta cidade para estudar, e onde foi discente de André Leroi-Gourhan.

Apesar do Estado Novo ter perseguido objetivos de mais longo alcance em relação à investigação científica nas ex-colónias portuguesas, a pré-história no sudoeste de Angola, em 1966, estava pouco explorada, pelo que, os resultados da missão eram aguardados com expectativa pela comunidade científica.

Dos estudos que levei a cabo no IICT, referentes à missão de estudo de Miguel Ramos, nasceu o projeto que aqui apresento e que consiste na divulgação à comunidade da MEASA, em 1966, através de uma exposição e de seminários. A exposição foi planeada para funcionar com seguinte modelo: no Palácio dos Condes da Calheta ficarão localizados os espaços expositivo e dos seminários, sendo que o último destes terá lugar na Sociedade de Geografia de Lisboa – no Anfiteatro Adriano Moreira.

Palavras-chave: Miguel Ramos; Pré-história; Angola; Projeto de Exposição; Divulgação Conhecimento.

Summary

The ideas which encompass the inspiration for and our decision to initiate this project are supported by studies undertaken at the ex-Centre of Prehistory and Archaeology – IICT. I was interested in understanding the impact of this study mission, carried out by the geologist and archaeologist Miguel Ramos in 1966 and which looked at prehistory in south western Angola, in the light of knowledge production at the time, as well as to make the study itself more widely known. Therefore, I had two tasks in hand: understanding the mission and its importance in the first phase of the research and, in the second, I needed to discover the best way to disseminate it.

This mission, judging by the example of others, is of great scientific interest, allowing the observation of phenomena relating to prehistorical construction of knowledge, in particular that of the French school of André Leroi-Gourhan, which had influenced Miguel Ramos. It could be inferred as the investigation unfolded that Miguel Ramos undertook the mission in 1966, in the southwest of Angola, using theoretical-methodological tools and knowledge acquired in educational establishments in Paris, from the time he spent studying in this city, where he was a pupil of André Leroi-Gourhan.

Despite the fact that the New State had had more ambitious objectives in relation to scientific research in the Portuguese ex-colonies, in 1966, prehistory in south-western Angola had not been the subject of much investigation, meaning that the results of the mission were eagerly anticipated by the scientific community.

The studies which I undertook at the IICT concerning Miguel Ramos' study mission gave rise to the project presented here and the objective of making the study mission in south western Angola in 1966 better known to the community is to be achieved by means of an exhibition and seminar programme. The exhibition has been planned in the following form: the Palácio dos Condes da Calheta will house the exhibition and the seminars, with the final seminar to be held at the Sociedade de Geografia de Lisboa, in the Anfiteatro Adriano Moreira.

Key words: Miguel Ramos; Prehistory; Angola; Project of Exhibition; Knowledge Divulgtion.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – Breve enquadramento histórico e institucional da MEASA.....	5
1.1. Política Científica nas Colónias, África	8
1.2. Junta de Investigações do Ultramar, atualmente Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT)	9
CAPÍTULO II – Notas biográficas de Miguel Ramos.....	13
CAPÍTULO III – Património arqueológico. Arqueologia durante o Estado Novo.....	21
3.1. Património arqueológico	21
3.2. Arqueologia durante o Estado Novo	23
CAPÍTULO IV – Missão de estudos arqueológicos no Sudoeste de Angola (MEASA), em 1966.....	27
4.1. MEASA, enquadramento.....	27
4.2. MEASA.....	39
4.2.1. Diligências preparatórias e trabalhos realizados.....	40
4.2.2. Prospeções	41
4.2.3. Exemplo de registos de algumas estações exploradas durante a MEASA,	43
4.2.4. A escavação da estação arqueológica de Capangombe	45
4.2.5. A arte rupestre.....	46
CAPÍTULO V – Proposta de exposição	49
5.1. Justificação da exposição.....	50
5.2. Plano	50
5.3. O guia da exposição.....	51
5.4. Temática	52
5.4.1. Coleção de Fotografias.....	53
5.4.2. Coleção de machados de mão	57
5.4.3. Coleção de gravuras rupestres.....	60
5.4.4. Artigos de periódicos	62
5.4.5. O último seminário da exposição.....	63

CONCLUSÕES	65
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	67
1 - FONTES	67
2 - BIBLIOGRAFIA	68

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: secretaria.	16
Figura 2: área de embalagem de objectos.....	16
Figura 3: depósito de objetos.	16
Figura 4: Miguel Ramos no laboratório.....	17
Figura 5: Miguel Ramos na biblioteca.....	17
Figura 6: planta.	51
Figura 7: registo etnográfico.	53
Figura 8: pormenor do acampamento.....	53
Figura 9: vista geral.....	54
Figura 10: pormenor da escavação (1).....	54
Figura 11: pormenor da escavação (2).....	54
Figura 12: pormenor da escavação (3), lareira-fogueira.	55
Figura 13: pormenor da escavação (4).....	55
Figura 14: pormenor da escavação (5).....	55
Figura 15: pormenor da escavação (6) - desenho de campo.....	56
Figura 16: pormenor dos trabalhos.....	56
Figura 17: pormenor de quadrícula (com escala de cores).....	56
Figura 18: «tipo 0».	58
Figura 19: «tipo I».	59
Figura 20: «tipo II».	59
Figura 21: «tipo III».	59
Figura 22: «tipo V».	59
Figura 23: «tipo VI».	60
Figura 24: vista parcial do afloramento, tirada na direção do S.W. Africano.	61
Figura 25: trabalho de decalque das gravuras.....	61
Figura 26: conjunto de figurações que têm como motivo central um caprídeo.....	61
Figura 27: série de formas curvas.	62
Figura 28: formas curvas fechadas, com desenho interior, em escudete.	62
Figura 29: jornal <i>Diário de Lisboa</i>	63

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AHU.....	Arquivo Histórico Ultramarino
CEA.....	Centro de Estudos de Antropobiologia
IICT.....	Instituto de Investigação Científica Tropical
INQUA.....	International Union for Quaternary Research
ISCTE-IUL.....	ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
JICU.....	Junta de Investigações Científicas do Ultramar
MEASA.....	Missão de estudos arqueológicos no Sudoeste de Angola

INTRODUÇÃO

O interesse pelo objeto em estudo ocorreu durante a minha primeira experiência no ex-Centro de Pré-história e Arqueologia do Instituto de Investigação Científica Tropical – (IICT) no contexto de estágio de Licenciatura. A pesquisa que desenvolvi nesta instituição conduziu-me até ao arquivo Miguel Ramos. A importância do arquivo de Miguel Ramos, segundo a minha interpretação, está no facto de se tratar de uma fonte capaz de contribuir para a identificação e análise de teorias, práticas, protagonistas, temáticas, redes e circulação de conhecimento, relativas à exploração arqueológica de Angola durante o Estado Novo. Este arquivo é constituído por diversos documentos relativos a toda a atividade desenvolvida por Miguel Ramos ao serviço do IICT.

Por ser uma fonte relevante para a pré-história em Angola, estudei, com particular atenção a missão de estudo no Sudoeste de Angola (MEASA), empreendida pelo cientista Miguel Ramos, entre 18 de setembro de 1966 e 17 de março de 1967. Neste estudo, encontrei justificação e pertinência para a criação deste projeto: a divulgação da MEASA através de uma exposição e de um conjunto de seminários.

O projeto foi idealizado e sustentado em dois documentos; sendo o primeiro, o relatório da missão e o segundo, a lista de material da mesma. Nestas fontes primárias está vertido o propósito da missão, em relação aos objetivos e métodos, metas e resultados. Além disso, os documentos referidos, segundo a minha perspetiva, funcionando como observatório, permitem também perceber o percurso e as opções que o cientista Miguel Ramos tomou em relação à missão (Ramos, s.d.).

No que respeita à metodologia esta foi ancorada nos seguintes pressupostos:

1 – Consulta e análise crítica das diferentes fontes primárias e secundárias disponíveis, dedicando especial atenção às fontes respeitantes às explorações arqueológicas e ao estudo da pré-história em Angola anterior à missão, de forma a compreender as razões que levaram à realização da MEASA. Fontes referentes ao percurso académico e profissional do cientista Miguel Ramos, a fim de contribuírem para esclarecer sobre: as oportunidades de evolução académica que ocorriam durante o Estado Novo; as circunstâncias que originaram a escolha de Miguel Ramos para coordenador da MEASA; de que forma este percurso terá influenciado o decurso da MEASA. Como acima mencionado, fontes respeitantes à MEASA. Finalmente, fontes referentes ao impacto que a MEASA terá exercido no conhecimento da pré-história em Angola, isto é de fontes pós-MEASA e portanto reveladoras da importância da MEASA.

2 – Observação das coleções arqueológicas do ex-Centro de Pré-história e Arqueologia – IICT, principalmente as referentes à estação arqueológica de Capangombe – Santo António, 355-11, mais precisamente a dos machados de mão provenientes de amostras recolhidas durante a MEASA em 1966 (escavação que se prolongou pelo primeiro trimestre de 1967) por Miguel Ramos. Esta coleção lítica dos machados de mão trata-se, de entre todos os achados recolhidos pela equipa de Miguel Ramos, do conjunto que maior contribuição trouxe relativamente ao conhecimento da pré-história do Sudoeste de Angola e um bom exemplo da importância e do resultado da metodologia utilizada na MEASA. Especialmente porque os machados de mão quando encontrados permitem a datação e consequentemente o conhecimento das diversas fases da evolução (Coelho & Mota, 2010, p. 108; Ramos, 1974, Ribeiro, 1997).

Esta coleção de machados de mão será incluída na proposta de exposição de estudo, acima de tudo, porque permite determinar uma série tipológica quase completa, sendo este facto demonstrativo da evolução técnica (Coelho & Mota, 2010, pp. 106-109).

3 – Por último a interpretação da MEASA tendo em conta o seu contexto de realização e o seu principal protagonista, com o objetivo final de justificar a realização de uma proposta de exposição de estudo sobre a MEASA. Como seja, o impacto da MEASA para a evolução do estudo da pré-história em Angola, o significado da realização desta missão para o entendimento do lugar da arqueologia na agenda política do Estado Novo.

Deve aqui ficar ainda um apontamento a respeito do processo de investigação desenvolvido para o projeto: apesar de inicialmente pensar que o acesso às fontes no IICT seria total e sem ressalvas, no campo isso nem sempre aconteceu.

Quanto à organização, este trabalho de projeto está estruturado em cinco capítulos, capítulo I – Breve enquadramento histórico e institucional da MEASA, as circunstâncias que contribuíram para a realização desta missão, designadamente, dar a perceber a ciência desenvolvida em Portugal no período do Estado Novo e o papel da Junta de Investigações do Ultramar, atualmente o Instituto de Investigação Científica Tropical; capítulo II – Notas biográficas de Miguel Ramos, dedicado à escolha de Miguel Ramos como coordenador da missão bem como de que forma o seu percurso académico e profissional poderá ter influenciado decisivamente a metodologia e os resultados da missão; capítulo III – Património arqueológico e Arqueologia durante o Estado Novo. A exploração do conceito atual de património arqueológico pretende justificar o potencial científico de achados arqueológicos e a importância do seu estudo e divulgação. Ao mesmo tempo discute-se a forma como era encarada a disciplina de arqueologia durante o Estado Novo; capítulo IV – A MEASA: importância e resultados da missão e o diagnóstico da produção de conhecimento pré e pós MEASA na esfera da pré-história em Angola; capítulo V – Proposta de exposição,

considerando a importância da missão propõe-se uma exposição de estudo e um conjunto de seminários que visam a divulgação de toda a informação recolhida no presente estudo.

Por fim, apresentam-se as conclusões.

Assim, o projeto é uma iniciativa que busca revitalizar e trazer à luz uma missão específica, para a dar a conhecer ao público em geral através de uma exposição de estudo sobre os seguintes tópicos: contexto institucional e propósito da realização da missão de estudo; originalidade da missão; influência do percurso académico de Miguel Ramos no desenvolvimento da missão; impacto da missão para a pré-história de Angola.

A exposição dará especial destaque ao trabalho de campo da missão, às coleções de machados de mão provenientes da estação arqueológica de Capangombe – Santo António e gravuras rupestres de Monte Negro, aos artigos de periódicos e demais assuntos com interesse para a sua interpretação. Como também, a missão será analisada nos diversos seminários com especialistas a convite que versarão problemáticas relacionadas com a mesma, tais como: metodologias, teorias e outras.

A exposição e seminários pretendem, para além da divulgação, a análise crítica da missão e o debate científico sobre a mesma. No que respeita à divulgação, da exposição e seminários, será posta em prática através das diversas associações científicas, a exemplo, IICT, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Associação Portuguesa de Geólogos, Associação Portuguesa de Museologia e suas congéneres internacionais, bem como, Sociedade de Geografia de Lisboa, Sociedade Geológica de Portugal e diversas outras.

CAPÍTULO I – Breve enquadramento histórico e institucional da MEASA

Com o objetivo de contextualizar e compreender a importância da MEASA é importante olhar para a ciência que era desenvolvida em Portugal, mais precisamente no período do Estado Novo, ainda que de forma muito sucinta. Mais especificamente tentar perceber, segundo os vários autores que têm vindo a estudar este tema, qual seria o papel a desempenhar pela investigação científica dentro da agenda política do Estado Novo; dedicando especial atenção à investigação científica que se produzia sobre e nas colónias portuguesas em África. Finalmente abordar a história da instituição que empreendeu a MEASA a Junta de Investigações do Ultramar, hoje o Instituto de Investigação Científica Tropical.

Nos últimos anos assistimos à publicação de diversos trabalhos que têm contribuído para o conhecimento e divulgação do tema da investigação científica durante o Estado Novo. A título de exemplo os trabalhos publicados no âmbito do projeto «Atlas da Ciência em Portugal»¹, os trabalhos de Jorge Ramos do Ó, de Carlos Fabião e de Ana Cristina Martins, (Brandão, 2015; Martins, Senna-Martinez, Castelo, & Conde, 2013; Rollo, Meireles, Ribeiro, & Brandão, 2013; Rollo, Meireles, Ribeiro, & Brandão, 2012; Martins, 2011; Brandão, 2009; Martins, 2009; Martins, 2009; Ó, 1999; Fabião, 1996) entre outros (Castelo, 2014; Matos, 2013; Poloni, 2012; Brandão, 2012; Rollo, 2011; Rosas, 1999 e 2011; Reynolds, 2010; Ramos, 2009; Flippen, 2008; Gaspar, 2008; Robertson, 2008; Oliveira, 2002 e 2007; Fitas, 2006; Henriques, 2006; Krige, 2006; Gago et al., 2004; Heitor & Horta, 2004; Taveira, 2003; Caraça, 2002; Costa et al., 2002; Gonçalves, 2000; Godin, 1999; Ruivo, 1998; Telo, 1994; Bonneuil, 1991; Majone, 1989; Pyenson, 1989; Carvalho, 1974; Fourastiè, 1954).

Para se estudar a «política científica» é necessário, desde logo, considerarmos a relação entre Ciência e Política. De acordo com vários autores, o Estado ao assumir a organização da Ciência, a exemplo do Estado Novo, tem por fim diversos propósitos, nomeadamente o «[...] desenvolvimento científico, progresso material, legitimação e afirmação do poder [...]» (Brandão, 2015, p.103). Os quais procura atingir através dos recursos institucionais de que dispõe, designadamente através dos instrumentos de

¹ Universidade Nova de Lisboa. (20 de 06 de 2015). Atlas da Ciência em Portugal. Obtido de Instituto de História Contemporânea: <http://www.ihc.fcsh.unl.pt/pt/investigacao/projectos-em-curso/item/34771-atlas-da-ciencia-em-portugal>

conhecimento como seja a investigação científica. (Brandão, 2015, p. 103; Ó, 1999, pp.59,65,66).

Segundo Brandão já desde o final da primeira década do século XX, designadamente, no período entre 1910-1936, Portugal tentava romper com o isolamento para que tinha sido atirado no domínio da ciência. Com vista a alterar o estado da ciência face ao panorama cultural vivido no país, o regime republicano, empreendeu um conjunto de medidas de forma a desencadear uma, ao tempo considerada, «revolução científica» (Brandão, 2015, in Dedijer, [1962], p. 490). Nomeadamente a esperada reforma do ensino superior. Esta acabou por não resultar, em parte, devido à falta de «alma» que necessariamente deveria presidir à Universidade (Brandão, 2015, in Morato, 1937, p. 5).

Assim o entendia Azevedo Neves:

«A nossa Universidade começou logo por ter uma pequena alma e nenhum corpo, porque o decreto que a fundou, se lhe deu existência, não lhe trouxe o modo de ser. Deus criou o homem de barro, e depois insuflou-lhe a alma; o órgão e a função. A Universidade de Lisboa falta por completo a anatomia, de que resulta uma vida sem esteio, sem finalidade. [...] É necessário que a Universidade possua um ideal criador quanto à ciência, e um ideal de difusão, de infiltração quanto ao ensino e à cultura social. Em resumo, a nossa Universidade somente conseguirá desempenhar o papel que lhe pertence quando claramente assinalar um ideal científico e um fim social» (Brandão, 2015, in Neves, 1920, p. 11).

De forma a resolver estes problemas e a colocar a ciência no lugar que lhe competia foi criada, em 1929, a «Junta de Educação Nacional». Com um estatuto que lhe conferia independência relativamente à Universidade, burocracia e política (Brandão, 2015, in Costa, [1918], p. 68).

Os princípios deste novo organismo assentaram na «estratégia de difusão e promoção da cultura científica» (Brandão, 2015, p. 108).

De acordo com o pensamento de Tiago Brandão, o segundo período, 1929-1960, distingue-se, principalmente pela transformação, em 1936, da Junta de Educação Nacional no Instituto para a Alta Cultura. Esta reforma dá lugar à emergência de um paradigma novo, o da «alta cultura», com particularidades inerentes ao modelo do «[...] regime autoritário, nacionalista e elitista do Estado Novo». Pela mão de António Ferro a designada «política do espírito» instala-se em território português, dirigida sobretudo à «cultura erudita» (Brandão, 2015, p. 109; Rollo et al., 2012; Ó, 1999).

Neste novo paradigma o lugar da cultura científica, à luz da «política do espírito», era secundário (Brandão, 2015; Rosas, 1999 e 2011; Ó, 1999; Carvalho, 1974).

A Ciência durante o período do Estado Novo desenvolveu-se «funcionalmente isolada», apesar do empenho das diversas « instituições científicas, dos laboratórios do Estado ou da ciência colonial» (Brandão, 2015, p. 114; Caraça, 2002, p. 219). A estratégia do regime passava por não se expor aos perigos de desequilíbrios sociais, os quais, a ocorrerem, poderiam comprometer a eternização da «classe dominante» no poder (Brandão, 2015, p. 114; Caraça, 2002, p. 219).

Assim, nas primeiras duas décadas do Estado Novo, verifica-se que a investigação científica em Portugal continuava a debater-se com os problemas crónicos do país, periferia, falta de visão e fracos recursos económicos investidos, impondo-lhe fortes constrangimentos. Ultrapassar estas dificuldades parece não ter sido um dos objetivos do Estado Novo, para o qual a investigação científica não fazia parte da sua agenda política, isto é não era uma preocupação nacional (Brandão, 2015; Ó, 1999, p. 66-75).

O terceiro quartel do século XX ficou marcado por uma viragem na política científica do Estado Novo. Provavelmente por pressão internacional e também de alguns cientistas e académicos portugueses (Brandão, 2015). Tiago Brandão entende que a terceira etapa, 1945-1968, foi marcada pela elevação da tecnocracia. A qual se iniciou no rescaldo pós-guerra, a «civilização da alta-técnica» baseada no modelo de planeamento científico da «era da *Big Science*» (Galison & Hevly, 1992), designadamente «[...] as preocupações de apropriabilidade tecnológica e económica da investigação» (Brandão, 2015, p. 118) . De acordo com Ramos do Ó esta viragem é confirmada pela criação de diversos organismos de investigação – Instituto Nacional de Investigação Industrial, Laboratório Nacional de Investigação Veterinária, Laboratório de Física e Engenharia Nucleares, Junta da Energia Nuclear e ainda dos Institutos de Investigação Científica de Angola e Moçambique – bem como pelo aumento significativo dos investimentos dedicados à investigação científica que se verifica a partir dos anos 50 – nomeadamente através de subsídios, bolsas no país e no estrangeiro (Ó, 1999, pp. 66-75; Brandão, 2015).

Este esforço realizado no terceiro quartel do século XX culmina com a criação da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, em 1967². Com competências em matérias de coordenação e fomento da investigação científica e tecnológica em território português (Rollo, Meireles, Ribeiro, & Brandão, 2012, p. 236). Disso dá conhecimento Fernanda Rollo, referindo o diploma da sua criação, nomeadamente, onde é reconhecido o valor da expansão da ciência e da tecnologia e a expressão do trajeto histórico (Rollo, Meireles, Ribeiro, & Brandão, 2012, p. 236) que,

«Sobretudo após o primeiro conflito mundial, vinha institucionalizando a pesquisa científica e tecnológica, afirma em que medida a pesquisa laboratorial e

² Decreto-Lei n.º 47 791, *Diário do Governo*, I Série, Número 160, de 11 de julho de 1967.

tecnológica se tornou um labor coletivo, organizado à escala nacional, assumindo a natureza de verdadeiro serviço público, apontando para a necessidade e a urgência de constituir, desde já, o núcleo que deverá auxiliar o Governo na definição e realização da política científica nacional».³

No entanto, apesar deste esforço e de alguma evolução verificada na investigação científica financiada ou produzida em Portugal estes anos revelam-se uma decepção em relação à eficiência dessas estruturas, como sistema, pelos resultados alcançados. Disso dá conhecimento o estudo levado a efeito pela Equipa-Piloto no decorrer dos anos 60, que foi publicado em 1968,

«[...] apesar de tantas medidas tomadas com o fim de promover a investigação e de procurar tirar proveito dos seus resultados para o desenvolvimento económico, os benefícios obtidos não foram, de um modo geral, substanciais. Entre prováveis causas de insucessos poderão estar incluídas as seguintes: a) não se ter dado dimensão suficiente aos serviços criados, deixando-se abaixo do limiar de eficácia; b) não se ter tido em conta a situação real, no que diz respeito às necessidades existentes, às limitações e verdadeiras potencialidades do meio; c) a esta falta de planeamento inicial se ter seguido um divórcio entre o serviço de investigação criado e o sector da economia que ele devia apoiar [...]» (*in* Brandão, 2009, pp. 1-6).

1.1. Política Científica nas Colónias, África

A problemática que ganhou força a partir de 1930, foi a que diz respeito à soberania nas ex-colónias portuguesas em África (Brandão, 2015, p. 111). O Governo português deixava perceber, assim o demonstrava o discurso oficial, o interesse na «ocupação científica» do Ultramar. Para realizar este objetivo, o Governo, tentou renovar a Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais (JMGIC) em 1936 cujo «plano de ocupação científica do ultramar» e a «reforma de 1945» deixavam prever investimentos consideráveis nas décadas imediatas (Brandão, 2015, p. 111).

Ao que parece, a experiência científica nas ex-colónias foi assaz interessante (Brandão, 2015, p. 112).

³ *Idem.*

Terminada a primeira fase centrada na exploração geográfica, onde os objetivos foram focados na inventariação dos recursos naturais, depois de 1950, após a instalação da JMGIC, dá-se o arranque da «[...] segunda fase de expansão da chamada ciência colonial [...]» (Brandão, 2015, p. 112) onde a atividade científica se intensificou. Assim, para além de se manter o interesse anterior relativamente ao estudo da história natural, a seguir a 1955, esta passou a integrar uma maior variedade de estudos científicos (Brandão, 2015, p. 112). Outro acontecimento marcante foi a criação dos Institutos de Investigação Científica em Angola e Moçambique para apoio das atividades científicas (Brandão, 2015, pp. 112-113). O terceiro quartel do século XX ficou marcado pelo interesse em levar avante o projeto da ocupação científica das colónias africanas (Rollo, Meireles, Ribeiro, & Brandão, 2013, pp. 154-161).

Nas mãos do Estado Novo a ciência foi encarada como instrumento, essencial para a asserção «internacional do império» e de apoio ao processo de colonização (Brandão, 2015, p. 113).

Motivos a considerar, sobretudo, em relação à «exportação de ciência» para o palco colonial, desde logo, pelo «interesse nacional e a rivalidade inter-Europeia» (Brandão, 2015, p. 113).

Do mesmo modo reunindo as « [...] necessidades da administração colonial e da dinamização económica é evidente a emergência da ideia de uma política científica ao serviço da valorização das colónias [...]» (Telo, 1994, p. 133) , a qual, tomou determinadas particularidades, designadamente concorrendo para a edificação da política científica em Portugal (Telo, 1994, p. 133).

Pelo que, uma das particularidades da «[...] institucionalização progressiva da investigação no império vai ser , sem dúvida, a demarcação da ciência colonial em relação à ciência da metrópole [...]» (Brandão, 2015, p. 113). Em defesa dos seus interesses, provavelmente com o objetivo de transpor oposições e apatias, «[...] as idiosincrasias que o projeto da ciência defrontava na Metrópole» (Brandão, 2015, p. 113).

1.2. Junta de Investigações do Ultramar, atualmente Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT)

Para compreendermos a MEASA levada a efeito por Miguel Ramos entre 1966 e 1967, é também importante estudar a história da instituição sob a qual esta ocorreu. Desde

logo pelo facto de que todas as missões científicas realizadas em territórios ultramarinos, nomeadamente em Angola, eram realizadas por esta instituição (Instituto de Higiene e Medicina Tropical - Universidade Nova de Lisboa, 2014; Castelo, 2012).

O IICT foi fundado em 19 de abril de 1883, designando-se, ao tempo da sua fundação, Comissão de Cartografia. Esta instituição sofreu ao longo da existência diversas transformações, denominando-se sucessivamente: Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais – 1936, Junta de Investigações do Ultramar – 1945, Junta de Investigações Científicas do Ultramar – 1973, Laboratório Nacional de Investigação Científica Tropical – 1979 e Instituto de Investigação Científica Tropical – 1982 (Instituto de Investigação Científica Tropical, 2008, pp. 66-67).

No decorrer da I República, apesar de fazer parte do programa do governo de 1911 a promoção nas suas colónias africanas a civilização e o progresso, a Comissão de Cartografia debateu-se com falta de recursos, devido à crise europeia do pós-guerra (Lobato, 2010).

Relativamente ao período do Estado Novo, os primeiros anos são igualmente afetados por falta de recursos decorrente da crise de 1929 (Lobato, 2010).

A conceção desta instituição parece ter estado ancorada na presunção da assessoria científica e diplomática, dedicando-se essencialmente à exploração geográfica do território através da produção cartográfica e demarcação de fronteiras. Tais atividades tinham em vista a criação do 3.º Império ultramarino português, pensado após a concretização da conferência internacional sobre fronteiras africanas levada a efeito em 1875, em Bruxelas e retomado mais tarde pelo Estado Novo (Instituto de Investigação Científica Tropical, 2010, p. 14). O Estado Novo com objetivos renovados para a instituição propunha recuperar o atraso no domínio do reconhecimento dos territórios colonizados por Portugal, em relação aos seus vizinhos em África. Estas missões de estudo têm um objetivo político claro: contribuir para melhorar a administração das colónias ultramarinas através do conhecimento efetivo do território, dos seus recursos naturais e das populações autóctones.

Na opinião de Lobato e de vários investigadores (Lobato, 2010; Rollo, Meireles, Ribeiro, & Brandão, 2013, pp 154-161) esta instituição passou por dois períodos distintos de produção científica às ordens do império colonial português: o período de ocupação territorial e reconhecimento de fronteiras, em que os militares foram chamados a intervir em papéis de elevado relevo a exemplo do Almirante Gago Coutinho que foi o primeiro presidente da Junta. A presidência da Junta só podia ser exercida por um oficial do Exército ou da Armada, que ficava na dependência direta do ministro. Este cargo conferia ao eleito competências em áreas como a investigação, coordenação e consulta em matérias ligadas às colónias, em particular à geografia, geodesia, hidrografia, astronomia, meteorologia e às questões diplomáticas e de fronteiras (Poloni, 2012, pp. 85-86); e o período denominado de

«instalação colonial» onde as preocupações se centraram em interesses desenvolvimentistas e de incentivo relacionados com a melhoria das condições de vida dos autóctones e colonos, o contributo para a ampliação do conhecimento sobre o planeta e sobretudo a exploração eficaz dos recursos das colónias. Assim verificou-se «a cooperação internacional, a cedência de bolsas de estudo para a preparação específica de pesquisadores para o ambiente colonial e a organização de centros universitários de estudos coloniais» (Poloni, 2012, p. 88). Em que o funcionalismo colonial alcançaria predomínio. Sob os auspícios do Estado Novo a investigação científica, nas ex-colónias portuguesas, acabou por ter propósitos mais rigorosos de acordo com o conservadorismo político e ideológico do regime (Poloni, 2012, p. 88; Lobato, 2010, p. 18; IICT, 2008, pp. 133-140).

A MEASA foi posta em prática nesta conjuntura, pelas mãos de Silvino Marques, governador-geral, e Virgílio Martins, diretor do Instituto de Investigação Científica de Angola, que desejavam continuar o estudo da pré-história em Angola, mais precisamente na região Sudoeste. Para isso, solicitaram à JIU o envio de especialistas neste domínio do conhecimento. Por assinalação de António de Almeida, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas e diretor do Centro de Estudos de Antropobiologia, e Carlos Teixeira, da Faculdade de Ciências de Lisboa e diretor do Laboratório de Estudos Petrológicos e Paleontológicos do Ultramar, Miguel Ramos foi incumbido dessa empresa (Ramos, s.d., p. 2). Miguel Ramos nesta altura era investigador da JIU (Ramos, 1986) sendo deste modo que se estabeleceu a ligação, JIU e a MEASA. É na propriedade de responsável da Secção de Pré-história do Centro de Estudos de Antropobiologia da JIU que Miguel Ramos coordenará a MEASA.

A MEASA foi um exemplo positivo pelos resultados obtidos, em contraciclo com os pouco animadores evidenciados por parte da Ciência e da investigação em Portugal durante o século XX, mais precisamente até 1974.

Devido às suas particularidades o seu estudo assume especial interesse, nomeadamente, porque o cientista foi o primeiro a conseguir, no quadro da Junta, autonomizar a arqueologia, compondo aquela que seria a sua primeira Missão Arqueológica. (comunicação oral da arqueóloga Ana Cristina Martins em 8 de outubro de 2014, na Sociedade de Geografia de Lisboa).

CAPÍTULO II – Notas biográficas de Miguel Ramos

Este capítulo destina-se à análise dos principais aspetos do percurso académico e científico de Miguel Ramos, com o objetivo de tentar perceber até que ponto o mesmo poderá ter influenciado a contratação de Miguel Ramos pela JIU, em 1965; na nomeação de Miguel Ramos para a MEASA, em 1966; e mais concretamente na metodologia utilizada e nos resultados obtidos nesta missão. Permite também explorar as redes de circulação do conhecimento que influenciavam e em que participavam os cientistas portugueses durante o Estado Novo. Para este propósito, foram estudados 23 documentos do arquivo de Miguel Ramos. Estes documentos pertencem a um grupo de currículos produzidos pelo próprio Miguel Ramos.

Em suma, a informação parece indicar uma formação sólida, importante e de grande diversidade, designadamente que Miguel Ramos terá contactado com figuras centrais das duas áreas em que se especializou – a geologia e a arqueologia - ciências complementares para o estudo da pré-história. Iniciou a sua formação em geologia onde concentrou os seus estudos na geologia do Quaternário, ao que se seguiu a formação em arqueologia, debruçando-se essencialmente sobre a pré-história de África.

Miguel Ramos nasceu em Lisboa, em 1932, e morreu na mesma cidade em 1991.

Licenciou-se em Ciências Geológicas, em 1961, na Universidade de Lisboa.

Estagiou no Centro de Geologia Pura e Aplicada do Instituto de Alta Cultura e nos Serviços Geológicos de Portugal, onde, realizou exercícios no âmbito da Sedimentologia e de Cartografia geológica de campo, como também, trabalhou em levantamento geológico e análise de materiais, sob orientação de António Marcos Galopim de Carvalho.

A sua formação em Geologia, em cartografia geológica de campo, levantamento geológico e ainda análise de materiais são ferramentas fundamentais para o exercício da arqueologia de campo bem como para a interpretação dos materiais recolhidos. Tendo certamente contribuído para a sua escolha como coordenador da MEASA. Igualmente estes conhecimentos terão tido impacto, não só durante a missão mas também na análise e interpretação dos materiais recolhidos.

Da intensa atividade desenvolvida por Miguel Ramos, ao longo da sua vida, na esfera da problemática do Quaternário, saliento, a exemplos, o estágio sob coordenação de Carlos Teixeira, da Faculdade de Ciências, sobre Geologia do Quaternário; os trabalhos com o geólogo Georges Zbyszewski, em assuntos ligados ao Quaternário de Portugal. Faço notar que o Quaternário está ligado à «[...] fase de transição entre o Passado geológico, puramente natural, e o Presente, cada vez mais dominado pelo homem [...]» (Daveau, 2000, p. 5). O estudo do Quaternário em Portugal iniciou-se pelas mãos dos geólogos

Carlos Ribeiro e Nery Delgado, há cerca de século e meio, os quais, instituíram as bases da arqueologia pré-histórica (Daveau, 2000, p. 5; Ribeiro, 1993). Interessa agora perceber quais as ligações à MEASA, desde logo, no período em que esta foi empreendida, 1966, a arqueologia continuava a ser exercida acima de tudo como ciência dependente da geologia do Quaternário (Daveau, 2000, p. 9). Outro vínculo diz respeito à formação, Carlos Teixeira e Orlando Ribeiro com vista a prepararem o futuro mandavam «[...] jovens colaboradores estagiar em Universidades estrangeiras [...]» (Daveau, 2000, p. 9) para concluírem os seus estudos e para que o país pudesse dispor de especialistas adaptados a novas exigências no domínio do conhecimento, tomando a exemplo Miguel Ramos (Daveau, 2000, p. 9; Ramos, 1986). E ainda as linhas orientadoras do desenvolvimento colonial aprovadas pelo governo, sobretudo, porque permitiram alargar os campos de investigação de todos os que estavam ocupados com estudos do Quaternário (Daveau, 2000, p. 9).

Em 1963 foi seleccionado pelo Conselho Orientador do Centro de Estudos de Antropobiologia, formado por António de Almeida, Carlos Teixeira e Teixeira da Mota, para reunir dados científicos relativos aos territórios africanos sob administração portuguesa, reservados à criação de um Atlas da Pré-história em África. É de referir que estes membros do Conselho terão sido os que realizaram trabalho arqueológico em Angola e que mais tarde serão estes mesmos cientistas que irão indicar Miguel Ramos para coordenador da MEASA (Ramos, s.d.).

Igualmente, durante a execução deste projeto, criação do Atlas da pré-história em África, Miguel Ramos tem um contacto mais direto com a Arqueologia e mais concretamente com a Arqueologia Africana. É também nesta altura que inicia a sua forte ligação académica a França tendo frequentado o Instituto de Etnologia da Universidade de Paris e a Escola de Altos Estudos, vindo a concluir a Licenciatura em Arqueologia Pré-histórica com distinção, em 1964.

Colaborou com André Leroi-Gourhan nos estudos, da Etnologia das sociedades primitivas pré-históricas, iniciação à investigação pré-histórica e, ainda, desempenhou o cargo de Chefe de Equipa de Escavações no Campo Escola de Pincevent sob a orientação de Gourhan.

Foi aluno e, em alguns casos, assistente de professores como A. Laming-Emperaire, Champault, M. Ters, G. Bauilloud, J. Roche, P. Birot bem como de Bourdier. Levando ainda a efeito, na esfera desta instituição escolar, um estágio no laboratório de Paleontologia de La Rochefoucault, sob orientação do Prof. J. Piveteau. No Departamento de Pré-história do Museu do Homem, estudou as coleções africanas, sob orientação de Guy de Beauchêne, e colaborou no Centro de Documentação Pré-Histórica com a Dra. O. de Barante para melhorar as técnicas de documentação e de classificação de materiais arqueológicos.

Este conjunto de conhecimentos adquiridos sobre arqueologia e contactos realizados por Miguel Ramos em França influenciaram a sua visão sobre a Arqueologia pré-histórica e metodologias para o seu estudo. A exemplo a missão, onde afirma que as prospeções se realizaram segundo as técnicas baseadas nos princípios metodológicos elaborados por André Leroi-Gourhan (Ramos, s.d.). Estando estes relacionados com a corrente de tecnologia cultural – teorização geral da relação entre a tendência técnica e a dinâmica da sociabilidade humana. André Leroi-Gourhan acreditava que as analogias detetadas na produção tecnológica de cada período de desenvolvimento humano eram consequência de «tendências». Esta era uma vocação dos grupos humanos para repetirem as ações técnicas e deste modo incrementarem meios tecnológicos semelhantes em certo período da sua atividade, em consequência da ligação entre as relações sociais e as expressões da tecnologia (Leroi-Gourhan (I), 1984; Leroi-Gourhan (II), 1984). Como também, no Campo Escola de Pincevent da Universidade de Paris relacionados com as escavações, as quais chefiou em 1965 (Ramos, 1986). Note-se ainda, pela importância e ligações com a MEASA que Pincevent é fundamental para se perceber os métodos utilizados nesta campanha no sudoeste de Angola (Ramos, s.d.). Sobretudo, porque é aqui que André Leroi-Gourhan adapta e utiliza pela primeira vez a técnica de decapagem (Alves, 2013, pp. 99-101; Capt, s.d.; Gallay, 2013; Leroi-Gourhan & Brézillon, 1975, pp. 180-183; Soares, 2004, pp. 37-39). Esta nova técnica de escavação consiste na decapagem horizontal camada a camada de grandes áreas conduzida cuidadosamente e registo completo de cada camada. Assim, fica preservada a integridade espacial da distribuição dos achados e é possível estabelecer um tecido de relações entre os objetos da mesma camada. Estas inter-relações permitem a reconstrução de aspetos sociais, económicos e culturais das populações que utilizaram aqueles artefactos e que respeitam àquela camada (Alves, 2013, pp. 99-101; Capt, s.d.; Gallay, 2013; Leroi-Gourhan & Brézillon, 1975, pp. 180-183; Soares, 2004, pp. 37-39).

Esta formação parece estar ligada à contratação de Miguel Ramos pela JIU para desempenhar o cargo de investigador, no Centro de Estudos de Antropobiologia, tendo sido empossado em setembro de 1965. O Centro que Miguel Ramos dirigiu fica localizado no jardim do Palácio Burnay, na rua da Junqueira em Lisboa. Nesse mesmo ano, Miguel Ramos foi incumbido de reorganizar e apetrechar a Secção de Pré-história deste Centro, providenciando no sentido da Secção dispor de instalações apropriadas à prática científica. Entre os trabalhos que realizou, avançou com a reestruturação das atividades de pesquisa e estruturas de apoio, a exemplo: laboratórios, biblioteca e coleções de comparação.

Na opinião da arqueóloga Ana Cristina Martins, ao tempo da missão, a Secção de Pré-história era uma estrutura bem apetrechada onde era desenvolvida investigação científica de qualidade. Salientando a importância da reestruturação implementada por Miguel

Ramos (comunicação pessoal em 16 de dezembro de 2014). Esta opinião baseia-se acima de tudo na experiência pessoal, como responsável do ex-Centro de Pré-história e Arqueologia tomou contacto com estas condições e interessou-se por perceber o percurso do Centro que dirigia. E pelos vestígios, a exemplo da biblioteca que contém um acervo único para o estudo da pré-história nas ex-colónias portuguesas.

Da coleção para a exposição: imagens da reestruturação realizada por Miguel Ramos.

Centro de Pré-história e Arqueologia



Autor: [s.d].
Data: 1979.
Fonte: Arquivo Científico Tropical Digital -
preview_n21155.

Figura 1: secretaria.

Centro de Pré-história e Arqueologia



Autor: [s.d].
Data: 1979.
Fonte: Arquivo Científico Tropical Digital -
preview_n21159.

Figura 2: área de embalagem de objectos.

Centro de Pré-história e Arqueologia



Autor: [s.d].
Data: 1979.
Fonte: Arquivo Científico Tropical Digital -
preview_n21156.

Figura 3: depósito de objetos.

Centro de Pré-história e Arqueologia



Autor: [s.d.].
Data: 1979.
Fonte: Arquivo Científico Tropical Digital –
preview_n21154

Figura 4: Miguel Ramos no laboratório.

Centro de Pré-história e Arqueologia



Autor: [s.d.].
Data: 1979.
Fonte: Arquivo Científico Tropical Digital –
preview_n21157

Figura 5: Miguel Ramos na biblioteca.

Os contactos e formação académica no estrangeiro continuaram mesmo após a contratação pela JIU. Assim em 1966 esteve na Bélgica a estudar as coleções da Pré-história em África – líticas, cerâmicas, metálicas e de madeira –, no Departamento de Pré-história do Museu Real da África Central. E Dinamarca, no Departamento de Pré-história do Museu Nacional de Copenhague a estudar as técnicas laboratoriais utilizadas na Arqueologia e no Quaternário – a exemplo: Palinologia, Radiocarbono, Conservação, metodologia museológica e de campo –, empregues na construção de Cartas Arqueológicas.

Nesse mesmo ano será escolhido para coordenar a MEASA.

Como consequência do seu conhecimento da pré-história angolana e do sucesso da missão, sobretudo porque esta permitiu o avanço do saber nesse domínio, Miguel Ramos irá exercer diversas atividades ou cargos ligados ao ultramar tanto em Portugal como no estrangeiro.

Assim, entre 1970 e 1985, integrou o Conselho Cultural do Museu de Etnologia do Ultramar (1970), a Comissão Organizadora do Atlas do Ultramar Português (1972). Na Sociedade de Geografia de Lisboa participou no Júri para atribuição do Prémio Gago Coutinho (1973), exerceu o cargo de Investigador na Junta de Investigações Científicas do Ultramar (1976). Esteve em França com uma bolsa atribuída pela Secretaria de Estado da

Cultura para concretização de trabalhos no Collège de France, Museu do Homem e Instituto de Paleontologia Humana, relativos ao Paleolítico em Angola (1978).

Participou na Comissão Coordenadora da Comissão Nacional de Estudos Africanos. Na Universidade Nova de Lisboa, orientou um Seminário sobre Pré-história e Arqueologia em África. Em Angola tomou parte no plano para a criação de um instituto médio de arqueologia, com o objetivo de ministrar formação pré-universitária e técnica, no âmbito do sistema de ensino do país.

Verifica-se igualmente a divulgação dos resultados da missão. De facto, Miguel Ramos participou em diferentes conferências, entre 1968 e 1982, onde comunicou os resultados da missão, nomeadamente nas I Jornadas Arqueológicas, organizadas pela Associação dos Arqueólogos Portugueses, onde os apresentou a respeito das descobertas no Sudoeste de Angola. No III Congresso Nacional de Arqueologia levado a efeito na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde apresentou comunicação sobre as gravuras rupestres do Monte Negro, as quais, segundo o cientista, eram merecedoras de um estudo mais aprofundado. Na Faculdade de Ciências de Nice – IX Congresso da União Internacional das Ciências Pré-históricas e Proto-históricas, onde dissertou sobre a jazida Acheulense de Capangombe – Santo António. Na Universidade de Moscovo, no XI congresso da INQUA onde apresentou exposição sobre o Paleolítico do Sudoeste de Angola.

E ainda a participação na Delegação de Sá da Bandeira dos Estudos Gerais de Angola, na conferência, cuja temática versava o estudo do Plistocénico na África Austral.

Através da análise do percurso académico e profissional de Miguel Ramos parece evidente que este era possuidor de uma sólida formação em Arqueologia que complementava com a formação em Geologia do Quaternário. Esta dupla formação é muito interessante na medida em que o campo de estudo de Miguel Ramos, a pré-história de África, é comum às duas disciplinas beneficiando, assim, Miguel Ramos desta interdisciplinaridade. Nomeadamente seria possuidor de conhecimentos teóricos e práticos de enorme importância para o desenvolvimento de trabalho de campo bem como para a interpretação e estudo do material arqueológico recolhido.

Igualmente, o contacto com cientistas nacionais e internacionais de reconhecida qualidade certamente terá contribuído fortemente para o seu desenvolvimento profissional. Estes contactos verificam-se não só por vontade de Miguel Ramos mas também, como se referiu, por escolha destes cientistas, o que indica o reconhecimento da qualidade de Miguel Ramos por parte destes mesmos cientistas.

Miguel Ramos parece ter conseguido contactar e movimentar-se em meios científicos importantes e usar estes conhecimentos conseguindo contribuir, a par de outros

cientistas portugueses, com iniciativas individuais para a investigação científica produzida em Portugal.

CAPÍTULO III – Património arqueológico. Arqueologia durante o Estado Novo.

3.1. Património arqueológico

« [...] o património arqueológico é constituído por todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos, cuja preservação e estudo permitam traçar a história da humanidade e a sua relação com o ambiente, nomeadamente os obtidos no âmbito de actividade arqueológica como disciplina científica.»⁴

Este capítulo pretende abordar o conceito de património arqueológico, com o objetivo de explorar a importância da informação recolhida por Miguel Ramos durante a MEASA e, desta forma, contribuir para evidenciar a importância desta Missão arqueológica. É importante referir que esta importância não se resume apenas à informação extraída por Miguel Ramos durante e após a missão mas também à possibilidade que a existência do arquivo de Miguel Ramos oferece para estudos presentes e futuros.

Segundo Ballart, o ser humano pode ser caracterizado, além do mais, por produzir objetos (Ballart, 2010, p. 13). Esta particularidade imanente a esta espécie acompanhou-a sempre ao longo da sua existência. Tendo suportado condições extremas de sobrevivência, tanto do ponto de vista climático como geográfico, esteve à beira da extinção por diversas vezes, sobreviveu à migração do local de onde é originária – África. Assim, pode admitir-se que a atividade humana se tenha manifestado profundamente nos artefactos porque estes são literalmente produtos do engenho humano produzidos a partir da modificação ou transformação de recursos materiais oferecidos pelo meio natural sobre o qual o grupo humano atua (Ballart, 2010, pp.14-15). Os artefactos são extensões do ser humano, isto é, um tipo de talento ajustado à constituição natural da espécie, na perspetiva de poder ir mais longe (Ballart, 2010, p. 14).

Marvin Harris acrescenta, procurando justificar com a sua teoria materialista cultural ⁵ usada no estudo da evolução das sociedades, através da hipótese: «definitivamente, a vida social do ser humano foi o resultado de uma reação face aos múltiplos problemas de

⁴ Direção-Geral do Património Cultural. (20 de agosto de 2015). *Património Arqueológico*. Obtido de <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/patrimonio-arqueologico/>

⁵ Teoria «baseada na explicação das diferenças culturais». (Werner, 2002, p. 156).

natureza prática resultantes da luta pela existência» (Harris, 1982, p. 11). Observando-se que, no encadeamento desta luta surgem os artefactos (Ballart, 2010, p. 14).

Ballart também defende que, a produção de objetos de modo consciente, sistemático e continuado tem sido uma das bases de transmissão cultural entre os seres humanos (Ballart, 2010, p. 14).

Admitindo que o humano é um ser social, há autores com visões a considerar sobre cultura material tomando-se a exemplo Marx e Pearce. Marx pensava que o ser humano é um ser social e que a sua vida produtiva só seria possível sob essa condição (Ballart, 2010, p. 18). Pearce já concluía que o talento por parte do ser humano para a produção de objetos é uma parte essencial da sua capacidade de criar uma atmosfera social e de sentir-se dentro dela, designadamente como se estivesse «em casa» (Pearce, 1992, p. 23). Ballart aceita mais esta segunda observação, de Pearce (Ballart, 2010, p. 18). Assim, de acordo com vários autores a produção material por parte do ser humano não ocorre apenas por uma questão de sobrevivência física e da relação do homem com o ambiente mas também das relações sociais estabelecidas dentro e entre os grupos produtores (Tilley, 1991).

Em síntese, cultura pode ser compreendida de acordo com as considerações de Maria Dulce Gaspar, nomeadamente, como «[...] conjunto de mecanismos de controlo – planos, receitas, regras, instruções – que governa o comportamento. Dessa forma, a cultura é um contexto e é através do fluxo do comportamento – da ação social – que as formas culturais encontram articulação» (Gaspar, 2009, p. 40). As quais manifestam-se através dos diversos artefactos (Gaspar, 2009, p. 40).

Pelo que, podemos entender a arqueologia como um domínio do conhecimento que se ocupa com o estudo das culturas a partir dos vestígios materiais, os quais tenta interpretar, sobretudo, através de exames aos artefactos e contextos. Faço notar que cultura material no exemplo em epígrafe deve ser observada «[...] como o segmento do meio físico que é socialmente apropriado. Apropriação esta que não é aleatória, casual ou individual, mas que segue padrões sociais. Assim, o conceito pode abranger artefactos, modificações da paisagem e o próprio corpo, na medida em que ele é passível de manipulação» (Gaspar, 2009, p. 40).

Deste modo, os artefactos são testemunhos materiais e culturais do combate pela sobrevivência desde os primórdios da existência do homem, que as diversas ciências ocupadas com esta área do conhecimento tentam descodificar, nomeadamente a arqueologia.

A hereditariedade é uma questão importante para o ser humano, sendo esta, o mecanismo que, veicula memória e a torna inteligível, engrenagem indispensável entre as diversas gerações para que estas de alguma maneira não fiquem perdidas. Ao quebrar-se

esta ligação, sem memória, entramos no vazio, espaço escuro e perigoso que, segundo o pensamento religioso, é a porta de entrada nas trevas.

Desta forma, poderá ser aceitável do ponto de vista epistemológico considerar o património como uma prova clara da existência de laços com o passado. O património alimenta sempre nos seres humanos uma reconfortante sensação de continuidade no tempo, como também de identificação com uma determinada tradição (Ballart, 2010, p. 36; Brito 2006, pp. 43-51; Choay, 2006; Faria, 2006, pp. 55-63). Agarrando então nessa memória, incorporando-lhe circunstâncias de identidade e tradição, poderíamos talvez asseverar que, o primeiro objeto significativo que perdurou da espécie humana foi a ferramenta fabricada em pedra (Ballart, 2010, p. 67).

São estes vestígios, importantes, encontrados no decorrer da MEASA, iniciada em 1966, que permitiram aos investigadores e nomeadamente a Miguel Ramos, contribuir, através do estudo e interpretação da informação recolhida, para o esclarecimento da pré-história em Angola.

3.2. Arqueologia durante o Estado Novo

Segundo Joana Baião o Estado Novo «[...] foi um regime ditatorial marcado por um forte discurso nacionalista que usou como conceitos fundamentais as noções de território, nação, tradição e história [...]» (Baião, 2009, p. 53). Com uma conceção assente num conjunto de valores, designadamente «um estado forte», «uma autoridade capaz e actuante» e «uma ordem imposta e respeitada» (Baião, 2009, p. 53). Estas especificidades formavam a identidade cultural do regime político designado Estado Novo. Deste modo, a partir da sua implantação, em 1933, «[...] a etnografia e a história regionais [...]» (Baião, 2009, p. 53) foram as áreas do conhecimento preferidas do Governo português.

Carlos Fabião considera que ao longo do tempo circulou interna e externamente a ideia, falsa, que Portugal era um país que se preocupava com o seu passado (Fabião, 1996, 91). Esta ideia partilhada por um universo desde, observadores estrangeiros, público em geral e por escritores portugueses, foi drasticamente refutada por arqueólogos e historiadores (Fabião, 1996, 91). O período do Estado Novo é um exemplo do desinteresse oficial face à arqueologia, sobretudo, porque a atenção do Governo estava centrada especialmente na etnografia e história regional (Baião, 2009, p. 53; Fabião, 1999, p. 107; Fabião, 1966, p. 91; Martins, 2013, p. 776; Poloni, 2012, p. 138).

Esta política repercutiu-se no Ultramar português e assim a arqueologia «[...] deixa de ser citada explicitamente como objectivo a ser contemplado nas Missões [...]» (Poloni, 2012, p. 138).

Para analisarmos esses enquadramentos legais, recuamos até 1945, à promulgação do Decreto-Lei 34478, que confere à Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais novas orientações relativamente às Missões Antropológicas e Etnológicas:

«Artigo 1.º É o Governo autorizado a, pelo Ministro das Colónias, organizar e enviar às colónias missões antropológicas e etnológicas para o estudo das respectivas populações no ponto de vista bio-étnico.

Artigo 2.º Os objectivos fundamentais das missões antropológicas são:

- 1.º O reconhecimento geral dos grupos étnicos de cada colónia, seus indivíduos, sua sistematização e definição das suas condições de vitalidade;
- 2.º O estudo das instituições tradicionais das populações indígenas e do seu direito consuetudinário» (Poloni, Expedições Arqueológicas nos Territórios de Ultramar: Uma Visão da Ciência e da Sociedade Portuguesa do Período Colonial, 2012, p. 137).

Com este Decreto-Lei, a arqueologia é atirada para um papel marginal (Poloni, 2012, p. 138).

A arqueóloga Ana Cristina Martins considera que até à MEASA, o exercício da arqueologia tinha lugar no decurso de missões antropológicas e etnográficas, mais por interesse e vontade dos seus coordenadores e membros do que, propriamente, de quem legislava a criação dessas mesmas missões. Um dos casos mais flagrantes disto mesmo sucede quando da missão à Guiné Bissau, precedida de uma Jornada prospetiva de Mendes Correia, pois, apesar da influência política que detinha junto das estruturas do Estado Novo, não conseguiu, por exemplo, que fosse fundado em Bissau uma instituição similar ao *IFAN – Institut Français de l'Afrique Noire*. Mais do que isso, o que transparece da documentação inédita e de fontes secundárias compulsadas até ao momento é que, contrariamente ao que se pudesse presumir numa leitura mais desatenta, eram as entidades locais, mormente através de sociedades culturais, que promoviam a produção, transmissão e receção de conhecimento do território. Disto mesmo nos dá conta, por exemplo, Moçambique, para onde foram convidados arqueólogos de referência de universidades e museus sul-africanos, ou desse outro exemplo que foi a DIAMANG. No quadro da Junta, por conseguinte, foi Miguel Ramos, o primeiro a conseguir, autonomizar a arqueologia, e deste

modo compôs aquela que foi a sua primeira Missão Arqueológica (comunicação oral da arqueóloga Ana Cristina Martins em 8 de outubro de 2014 – Sociedade de Geografia de Lisboa).

Esta problemática já tinha sido abordada por esta arqueóloga no Colóquio Internacional Conhecimento e Ciência Colonial, realizado em 2013 em Lisboa:

«[...] a arqueologia foi sempre subsidiária nestas missões, sendo conduzida oportunisticamente, mais por interesse individual do que por um plano previamente concertado e aceite superiormente, recolhendo-se material e anotando observações de superfície enquanto se trilhavam itinerários e visitavam colectores» (Martins, Senna-Martinez, Castelo, & Conde, 2013).

Patrícia Ferraz de Matos também a analisa na comunicação ao Colóquio Internacional Conhecimento e Ciência Colonial, em 2013:

«[...] as missões antropológicas promoveram a realização de estudos que englobavam domínios tão específicos como a antropologia física, a psicotecnia ou a arqueologia, embora todos fossem vistos como sendo potencialmente complementares» (Matos, 2013).

E ainda Daniela Matos afirma que a arqueologia, nas Missões Antropológicas, tinha um papel secundário no projeto do Ultramar (Matos D. F., 2013, p. 21). Relativamente à MEASA, declara que «[...] nunca chegou a dar frutos [...]» (Matos D. F., 2013, p. 23). Ora, o que parece uma afirmação excessivamente redutora, nomeadamente pelos estudos que levei a efeito no IICT, pela grande quantidade de documentação científica publicada e inédita, pela diversidade tipológica dos achados que contribuíram para o esclarecimento da pré-história em Angola e porque, com ela iniciava-se o estudo sistemático desta extensa região em Angola (Coelho & Mota, 2010, p. 106). Tal-qualmente, foi necessário criar a Secção de Pré-história devido ao elevado número de artefactos líticos reunidos nas missões, especialmente o proveniente da MEASA, pela grandeza do espólio, principiada em 1967 e sob chefia de « [...] um dos grandes impulsionadores da arqueologia africana, Miguel Ramos» (Coelho, Pinto, & Casanova, 2014, p. 9).

Segundo parece a MEASA foi um caso singular e de sucesso, no contexto da Arqueologia no Estado Novo.

Este arquivo e material arqueológico recolhido, à semelhança de outros arquivos e outras coleções, não representam apenas importância para os estudos arqueológicos da

pré-história de Angola, mas também porque este conjunto entretanto se tornou num importante objecto de estudo para o campo da investigação de cultura material das ciências. Exemplos disso são a documentação, a biblioteca, os instrumentos adquiridos, a disposição dos laboratórios, as fotografias existentes, as coleções a disposição das colecções etc. (Gouvêa, 2009, p. 332).

O exercício da arqueologia no período precedente à MEASA nas ex-colónias portuguesas em África, como já foi referido anteriormente, acontecia no decurso de missões antropológicas e etnográficas (Martins, 2014, comunicação). Pelo que o estudo da arqueologia pré-histórica em Angola, designadamente na região Sudoeste teve lugar sob este enquadramento político (Poloni, 2012).

Este subcapítulo pretende dar a conhecer o saber que foi produzido em Angola, no domínio da pré-história, até à MEASA.

No que toca ao século XX, nos contextos específicos de Angola e produção de conhecimento relativo à pré-história, podemos referir sobretudo: J. Janmart, F. Mouta, A. Almeida e Camarate França – na Missão Antropobiológica de Angola – em 1952, Henri Breuil e António de Almeida – em 1959, John Desmond Clark, Soares de Carvalho, F.S. do Vale, Camões Costa, O. Ferreira Veiga e Mascarenhas Neto (Clark, 1966, p. Preface). Os quais estiveram ocupados a estudar em Angola as linhas da sua evolução cultural, sobretudo, nas regiões do Congo e do Zambeze (Ramos, 1981, p. 29). Compreendendo estes cientistas a existência de três regiões distintas no que concerne, principalmente desde o final do Paleolítico inferior, a uma «diferenciação cultural» (Ramos, 1981, p. 29). «A região do Congo, que abrange não só a parte angolana da bacia do Congo como a zona adjacente, que se prolonga até ao litoral, a região do Zambeze, que engloba as bacias do Zambeze e do Cuando-Cubango e a região do Sudoeste, faixa que vai do Cunene até ao mar, prolongando-se para norte até à área de influência do Cuanza» (Ramos, 1981, p. 29). Tendo os estudos destes cientistas contribuído para esclarecer as dúvidas relativas às linhas da sua evolução cultural, essencialmente no que respeita «[...] à generalidade dos testemunhos culturais representados pelos objectos líticos, e outros [...]» (Ramos, 1981, p. 29).

A missão de estudo realizada por Miguel Ramos no Sudoeste de Angola, em 1966, está interligada e sob influência destes trabalhos anteriormente levados a efeito sobre a pré-história em Angola. Segundo parece, o geólogo e arqueólogo Miguel Ramos deu continuidade aos trabalhos destes cientistas diligenciando no sentido de novas descobertas e agora de forma sistemática e concentrada no sudoeste de Angola, onde teve oportunidade de aplicar os novos conhecimentos, teorias e métodos, adquiridos na sua formação em Paris (Ramos, s.d.). No entanto é provável que Miguel Ramos tivesse enfrentado diversas dificuldades, desde logo porque as fontes informativas sobre a pré-história em Angola, mais precisamente as relativas ao sudoeste realizadas em anteriores investigações, eram reduzidas.

Sendo esta a questão central colocada à MEASA no âmbito da pré-história em Angola. Tentar esclarecer dúvidas existentes relativamente às linhas da evolução cultural no sudoeste deste país (Ramos, 1981, p. 29).

Um acontecimento marcante no domínio da pré-história em Angola teve lugar, em 1974, no salão nobre da Associação Comercial de Huíla, em Sá da Bandeira, por ocasião das cerimónias de doutoramento Honoris Causa do Padre Carlos Estermann, onde Vitor Jorge, representante da Universidade de Luanda, em parceria para a ocasião com a Câmara Municipal de Sá da Bandeira, fez uma exposição sobre a pré-história em Angola e nomeadamente mencionou a MEASA.

O estado da arte da pré-história e da exploração arqueológica em Angola, segundo reflexão de Vitor Jorge, em 1974:

«A finalidade do trabalho do pré-historiador é dupla; por um lado, procura definir sequências culturais, isto é, ordena os seus dados numa escala de tempo, tornando inteligível a sua sucessão; por outro, em cada um dos estratos de tempo definidos, tenta recortar entidades como tipos, artefactos, culturas, ou seja, pelo método comparativo procura determinar padrões de comportamento, formas especiais de adaptação ao meio, e, em última análise, reconstituir a sociedade e o pensamento durante o longuíssimo período de formação da natureza humana» (Câmara Municipal de Sá da Bandeira, 1974).

Vitor Jorge indicou este largo intervalo temporal porque, em África, por exemplo, os mais antigos indícios da inteligência humana – os utensílios, feitos de pedra, com uma forma bem definida e constante – remontavam a cerca de 3 milhões de anos e, em muitas zonas deste continente, a pré-história chegou ao século XIX (Câmara Municipal de Sá da Bandeira, 1974).

No que respeita à pré-história de Angola, este, considerou ao tempo da ação na Associação Comercial de Huíla, que o primeiro estudo científico neste campo foi publicado em 1890 por Ricardo Severo, intitulado Primeiros vestígios do período neolítico no Estado de Angola. Depois, na primeira e no início da segunda década do século XX, apareceram as contribuições de Nery Delgado, Paul Choffat e Leite de Vasconcelos. Se bem que estas, foram achegas isoladas, de curto fôlego, baseadas em limitado número de elementos, breves notas escritas por quem se encontrava desfasado do assunto, por não conhecer diretamente o território angolano ou pela impossibilidade de amplamente o explorar sob este ponto de vista. Somente no final dos anos quarenta, princípios dos anos cinquenta, do século passado, se começaram a levar a efeito prospecções sistemáticas e umas poucas escavações, cujos resultados já são diretamente aproveitáveis para um começo de

levantamento da carta arqueológica de Angola e de conhecimento da sua pré-história. Atribuindo este arranque, aos eminentes cientistas, alguns dos quais já citados anteriormente, Jean Janmart, Fernando Mouta, L. Leakey, J. Redinha, H. Breuil, J. Camarate França (Câmara Municipal de Sá da Bandeira, 1974).

Alguns destes especialistas tiveram a oportunidade de laborar em Angola graças ao apoio concedido pela Companhia dos Diamantes, tendo esta, em 1946 encetado as suas Publicações Culturais com um trabalho de arqueologia pré-histórica, da autoria de Jean Janmart, chefe do serviço de prospeções dessa Companhia. Esta organização, desde então, não mais deixou de chamar a Angola alguns dos melhores especialistas da Pré-história da África, que pouco a pouco foram elaborando uma obra valiosíssima estaligráfica e tipologicamente que, ao tempo, fez da zona da Lunda uma das mais bem conhecidas de toda a África. Situando-se nesse lugar, algumas estações-tipo de indústrias pré-históricas da zona sub-sariana deste continente. Ao que juntamos, outro labor merecedor de destaque: o do Museu dos Serviços de Geologia e Minas de Luanda, no qual ocorreram os trabalhos pioneiros de Fernando Mouta, os quais, apresentou em vários congressos Pan-Africanos de pré-história e ulteriormente, de Soares de Carvalho, Mascarenhas Neto, entre outros (Câmara Municipal de Sá da Bandeira, 1974).

A coleção arqueológica proveniente das diversas ações de campo, ao que se sabe, foi recolhida no mesmo museu, permitindo assim, em conjunto com as do Museu do Dundo e da Missão Antropobiológica, a elaboração das primeiras sínteses da Pré-história de Angola, muito embora, proporcional ao pouco que então se sabia. Uma destas, intitulada Introdução à Pré-história de Angola, à qual já nos referimos, devemos-la a Henri Breuil e António de Almeida, tendo sido apresentada ao Congresso Pan-Africano de 1959 e publicada em português em 1964; a segunda, de muito maior fôlego, foi elaborada por Desmond Clark para a Diamang e impressa em 1966 com o título *The Distribution of Prehistoric Culture in Angola*, que do mesmo modo aludimos (Câmara Municipal de Sá da Bandeira, 1974).

O caudal documental volta a adensar-se sobretudo nos finais dos anos cinquenta e nos anos sessenta do século precedente. Em 1960 e 1964, a Junta de Investigações do Ultramar editou dois volumes em grande parte decorrentes das pesquisas das suas missões antropológicas, intitulados Estudos sobre Pré-história do Ultramar Português, e nos quais Angola ocupou um lugar de vulto. Depois da morte de Jean Janmart, a Diamang convidou, em 1959, Desmond Clark, da Universidade de Berkeley, a prosseguir os trabalhos na Lunda, os quais proporcionaram, logo em 1963, dois volumes de síntese sobre essa região, aos quais se veio acrescentar um outro em 1968. Ao que apensamos outros contributos de variada importância, como o de J. Martins, que em 1959 cartografou para os Serviços de Geologia e Minas as estações pré-históricas então conhecidas em Angola; o de O. Davies,

que em 1958 estudou algumas formações de praias elevadas de Angola, relacionando-as com as do Sudoeste Africano; o de João Martins, que em 1966 extensamente estudou A Idade dos Metais na Lunda; o de A. Rodrigues, que em 1968 escreveu sobre Construções bantas de pedra em Angola e assim por diante. Já em 1970, a participação de dois universitários, Santos Júnior e Carlos Ervedosa, possibilitou, à altura, a produção de dois trabalhos de positivo valor, um sobre o concheiro de Benfica – Luanda, o outro sobre o abrigo com pinturas do Caninguíri – Mungo (Câmara Municipal de Sá da Bandeira, 1974).

Ervedosa, já em 1967, ainda estudante, deu à ciência um útil artigo sobre materiais recolhidos na estação paleolítica da Baía Farta – Benguela, no qual, faz uma enérgica menção aos tipologistas F. Bordes e J. Tixier, cuja obra capital só uma geração posterior de arqueólogos parece ter destapado em Portugal (Câmara Municipal de Sá da Bandeira, 1974).

Interessa nesta fase, ao que penso, capacitar a evolução das culturas pré-históricas de Angola, para isso, e à luz da reflexão de Vitor Jorge na Associação Comercial de Huíla, procederei, seguidamente a uma descrição sumária, que somente aludirá, às estações mais importantes para cada período a considerar (Câmara Municipal de Sá da Bandeira, 1974).

As mais antigas indústrias conhecidas em solo angolano, ante estudos realizados, foram datadas, dum estágio evolucionado do *Olduvaiense*. Erguendo-se tais indústrias, na zona do Congo, nas jazidas de Catongula, Mufo, Cataíla 2, Toca Mai, Cassenga, entre outras; mas foi acima de tudo na região do Sudoeste que a sua presença se revestiu de axiomático significado estratigráfico (Câmara Municipal de Sá da Bandeira, 1974). A principal estação encontrava-se na faixa de Palmeirinhas, ao sul de Luanda, aproximadamente a setenta e três quilómetros desta cidade. Estando a mesma, concatenada com uma plataforma topográfica de mais ou menos cem metros que, se estendia desde o sul da baía das Palmeirinhas até ao rio Cuanza (Câmara Municipal de Sá da Bandeira, 1974).

Após corte realizado nesta plataforma, puseram em prática uma leitura estratigráfica que isolou quatro camadas sobrepostas sobre as margas e arenitos da base, um conglomerado de origem marinha, com seixos afeiçãoados e lascas pequenas atribuíveis ao *Olduvaiense*, inícios do Plistoceno médio; acima, areias argilosas vermelhas passando a cinzentas, as quais deram alguns artefactos presumivelmente contemporâneos das indústrias encontradas nas areias da plataforma de vinte metros, cobertas, no topo, por areias vermelhas (Câmara Municipal de Sá da Bandeira, 1974). Desmond Clark terá considerado, tais artefactos, procedentes do conglomerado das Palmeirinhas, como uma das raras indústrias olduvaienses evoluídas da África Austral com posição estratigráfica bem definida e datável. E assim, conseguindo chegar-se desta indústria os artefactos achados

aproximadamente ao mesmo nível em Luanda e em Calumbo, no vale do Cuanza (Câmara Municipal de Sá da Bandeira, 1974).

Segundo previsões de Vitor Jorge, numa época vindoura, uma região com interesse para o estudo destas indústrias muito primitivas do *Olduvaiense* seria a zona da Leba – planalto da Chela, cujos calcários dolomíticos evidenciavam fissuras preenchidas por brechas ósseas nas quais já foram reconhecidas espécies de primatas que parecem idênticos aos que acompanhavam os australantropianos do Transval. Mouta, Dart e outros investigadores vinham chamando a tento com insistência para a importância destes achados, sem que, até à altura, surpreendentemente, se tivesse procurado promover o seu estudo por um especialista competente (Câmara Municipal de Sá da Bandeira, 1974). Além do mais, a região da Leba era arqueologicamente muito rica em estações de superfície e em grutas, conquanto tais estações sejam de épocas mais recentes, cujo estudo sistemático a Universidade está levando a efeito (Câmara Municipal de Sá da Bandeira, 1974).

Em Angola, o complexo industrial olduvaiense tem sido seguido, como acontece de uma forma geral em toda a África, por um *Acheulense* inferior. Neste território porém, só na zona do Congo se provou a existência desta indústria, relacionada com as cascalheiras do terraço de dez metros dos rios Chiumbe e Luembe, como, por exemplo, em Cassenga – Lunda. Nesta região, da Lunda, do ponto de vista técnico, o *Acheulense* inferior surge pouco elaborado, e à base de utensílios pesados (Câmara Municipal de Sá da Bandeira, 1974).

No que toca ao *Acheulense* superior, o estádio seguinte, ocorre nesta mesma zona, ao que já dissemos, à superfície das cascalheiras do terraço de dez metros, entre outros locais; aí, as peças apresentavam um talhe «fresco», enquanto as que provinham do terraço de três-quatro metros se encontravam desgastadas. Predominado ainda os instrumentos pesados, contudo, o seu talhe é mais delicado (Câmara Municipal de Sá da Bandeira, 1974).

Do Zambeze, simplesmente se conhece uma peça, um biface, proveniente da confluência do Luconha com o Lungué-Bungo. Em compensação, na região do Sudoeste foram assinaladas várias estações, no baixo Cunene, entre estas, em Capangombe e no Brútuei; na costa, a mais importante estação era sem dúvida a da Baía Farta, relativa a um solo de ocupação instalado sobre o conglomerado marinho de cem metros e coberto, por sua vez, por areias argilosas vermelhas (Câmara Municipal de Sá da Bandeira, 1974).

Bifaces, hachereaux, seixos afeiçãoados unifaciais e bifaciais, facas, raspadores, lascas residuais e utilizadas e núcleos, faziam parte deste solo de habitação e de oficina, que, de acordo com entendimento de Desmond Clark, terá produzido algumas das mais perfeitas peças acheulenses da África. O mesmo cientista salientou também que a área costeira de Angola, ao contrário do que se notou na zona do Congo, parece ter sido bastante propícia à instalação dos caçadores acheulenses, numa época contemporânea da

formação das praias de vinte cinco-trinta cinco metros (Câmara Municipal de Sá da Bandeira, 1974). Relativamente ao clima, esse período teria conhecido maiores precipitações e mais baixas temperaturas do que, ao tempo, se verificava no Sudoeste e na região costeira de Angola, condições favoráveis à formação de campinas com vegetação de gramíneas, que os acheulenses parece terem privilegiado (Câmara Municipal de Sá da Bandeira, 1974).

Quando chegamos ao Primeiro Período Intermédio em Angola, começamos a assistir à individualização cultural das várias regiões, manifestando-se esta amplamente na *Middle Stone Age*. Ao que afirmou, ao tempo, num curto artigo de divulgação, o cientista Miguel Ramos, que concedeu várias indústrias da região do Sudoeste ao complexo *Fauresmith* – Carvalhão, Munhino, Ochinjau, S. Nicolau, Maconge, entre outras (Câmara Municipal de Sá da Bandeira, 1974).

Desmond Clark também considerou que, na região Sudoeste predominava uma *Middle Stone Age* que não tem ligação com o complexo lupembense, e só muito remotamente admitiria comparações com o complexo *Stillbay-Pietersburg* – através dos seus raros raspadores típicos e pontas – cujos materiais incluem raspadores, facas, seixos afeiçãoados, pouco individualizados tipologicamente. (Câmara Municipal de Sá da Bandeira, 1974). Sendo já grande o número de estações conhecidas, quer no interior – Chitaca Hué, Vila de Almoester; área de Bata Bata e zona da Leba, Humpata; Cangalongue, Jau; e o restante –, quer no litoral – Ponta do Giraúl e Ponta Negra, Moçâmedes; e o mais (Câmara Municipal de Sá da Bandeira, 1974).

Levando Vitor Jorge a pensar, à altura, que conquanto os trabalhos que se tenham levado a efeito no Sudoeste de Angola ainda se encontrassem numa fase preliminar, ao momento, aceitaria a opinião de Desmond Clark sobre o carácter pouco «típico» destas indústrias. A exemplo, na região de Sá da Bandeira, as jazidas 1 dos Barracões e 1 do rio Capitão, e, na região do Dombe Grande, Benguela, a jazida da Chitandalucua, são bons paradigmas desta atipicidade (Câmara Municipal de Sá da Bandeira, 1974).

Além disso, este alegou que Miguel Ramos terá afirmado, ao tempo, que, no Alto do Choi, na cascata da Leba, no Giraul, assim como, na designada Ilha dos amores, cerca de Serpa Pinto, se encontrariam indústrias imputáveis ao complexo *Stillbay-Pietersburg*; e que, escavações então realizadas, ao que inferimos do mesmo autor, mostraram ser bastante provável a existência de uma facies cultural da *Middle Stone Age* específica do Sudoeste de Angola e que a sua evolução se tenha processado em, pelo menos, dois níveis bem definidos – Leba e Capangombe (Câmara Municipal de Sá da Bandeira, 1974).

Efetivamente Miguel Ramos admitiu a existência dessas duas culturas. Tendo-as designado provisoriamente de culturas, de Capangombe e da Leba (Ramos, 1981).

A arte rupestre

Esta secção tem o propósito de dar a conhecer a arte rupestre no Sudoeste de Angola no período que antecedeu a MEASA. Assim, apresentam-se aqui estudos de estações de arte rupestre do Sul de Angola, referentes a gravuras e pinturas. Estes estudos serviram de base às investigações sobre arte rupestre que Miguel Ramos vai efetuar durante a MEASA: o levantamento no Monte Negro e a observação em Virei-Brútuei (Ramos, s.d.)

Nas regiões subdesérticas do Sudoeste de Angola existiam diversas estações interessantes de arte rupestre: a exemplo, as gravuras, em Txipòpilo ou Camucuí e no Brútuei, e pinturas em dois abrigos sob rocha no último local (Junta de Investigações do Ultramar, 1964).

Das experiências de campo desenvolvidas para estudar o fenómeno, sobre o mesmo disseram, António de Almeida e Henri Breuil : ainda que se ignore a partir de quando tais manifestações artísticas tenham sido conhecidas dos indígenas angolanos, ao que parece, as primeiras informações concretas sobre as gravuras de Brútuei foram atribuídas a portugueses; entre estes, ao Dr. Cruz Alvura, então governador da província da Huíla, a funcionários e a caçadores que, de longa data, visitavam tais paragens – a exemplo de, Vasco Ferreira e Daniel Dixon Ferreira. Tal-qualmente, vagos informes sobre tais pinturas do deserto de Moçâmedes terão circulado anteriormente no Sudoeste de Angola (Junta de Investigações do Ultramar, 1964).

Sendo somente a partir de 1951-1952 – após o estudo efetuado por Camarate França, colaborador da Missão Antropobiológica de Angola, que António de Almeida teve o privilégio de dirigir –, da visita a Camuculo do pintor Neves e Sousa e da publicação dos seus desenhos e pinturas, em 1954 que, as gravuras rupestres de Angola começaram a ser mais bem conhecidas (Junta de Investigações do Ultramar, 1964).

Baumann, em 1953, pôde não somente observar as gravuras em Brútei, que já tinham sido examinadas anteriormente, mas ainda, as pinturas dos abrigos dos morros do Txitundu Hulu e do Filho de Txitundu Hulu – esta de menores dimensões, situada a pequena distância a leste. Que a equipa de cientistas então tivesse conhecimento, este etnólogo alemão, escreveu sobre as gravuras e as pinturas em questão somente um curto artigo (Junta de Investigações do Ultramar, 1964).

Acompanhada de Artur Carvalho e de Txihanha, em 1955, a Missão Antropobiológica de Angola teve oportunidade de cruzar a região do Brútuei e, em seguida, a de Camucuí (Junta de Investigações do Ultramar, 1964).

No Brútuei, esta missão terá conseguido atinar várias jazidas pré-históricas, ricas em materiais paleolíticos e, também, novas rochas amplamente gravadas, as quais fotografaram e filmaram ao natural depois de as terem avivado com cal; do mesmo modo filmaram e fotografaram as pinturas de Txitundu Hulu e as do Filho de Txitundu Hulu, as gravuras do morro do Txitundu Hulu e as de Txpòpilo, junto das quais encontraram algumas estações paleolíticas. A missão ainda terá estudado em Angola, na região de Quibala, um outro abrigo sob rocha, com pinturas rupestres a branco e a vermelho (Junta de Investigações do Ultramar, 1964). As quais, eram caracterizadas pela apresentação de algumas figuras geométricas – círculos, ovais, crescentes, linhas e pontos – e de representação de pessoas e de animais, sendo as mesmas, executadas num estilo esquemático ou subesquemático (Junta de Investigações do Ultramar, 1964).

Gravuras rupestres, de predominância geométrica, de acordo com António de Almeida e Henri Breuil, terão sido também estudadas no Leste de Angola, Alto Zambeze, por José Redinha, antigo diretor do Museu do Dundo (Junta de Investigações do Ultramar, 1964).

Estes cientistas, António de Almeida e Henri Breuil, ao que percebi, deixaram, a esse tempo, hipóteses de pesquisa em aberto, tendo em vista, um mais largo estudo a realizar posteriormente no Brútei (Junta de Investigações do Ultramar, 1964).

Nesse local, estes terão de igual modo observado que se encontravam montes de granito grosseiro, pouco elevado, com gravuras de diferentes idades, separadas, reunidas ou sobrepostas, abertas sobre a superfície da rocha, patinada e profundamente alterada pela persistente ação erosiva. Em cima de um belo painel aparecem: desenhos de múltiplas figuras, umas abstratas, outras geométricas, rectilíneas e curvilíneas, paralelas ou não, e círculos concêntricos total ou parcialmente radiados; desenhos estelares, ao lado de outros com contornos incertos, de interpretação difícil ou duvidosa – ao que estes consideraram que, estas representações lembram, à altura, os da Austrália, onde, ao que sabe, podem representar montanhas, lagos, morros de termiteira, e o mais; um círculo com apêndices recordando orelhas de animal, e uma serpente. As figuras apresentavam-se nas fotografias ao natural ou avivadas com cal. Os traçados dos desenhos, largos ou estreitos e pouco profundos, pareciam ter sido feitos com uma pedra dura, por percussão e polimento ulterior; nesta colina e também em outras encontravam-se cisternas naturais, cavadas na rocha pelos agentes erosivos, algumas das quais continham água durante todo o ano (Junta de Investigações do Ultramar, 1964).

No morro do Txitundu Hulu experienciaram ao tempo, que, abundavam do mesmo modo, as gravuras rupestres; nas suas linhas gerais, as figuras lembram as precedentes, sendo contudo dignos de menção especial os desenhos abstratos – círculos concêntricos, radiados ou não, círculos radiados interiormente, semicírculos, figuras rectangulares ou

subtriangulares, estelares, um arco ou guarda-sol, ao que se conseguiu apurar deste último; as figuras antropomórficas e as de animais, paradas ou correndo, eram de caráter esquemático ou semiesquemático e, por vezes, de interpretação difícil. Contudo, podem ver-se os desenhos de uma lebre e de um avestruz, figuras de resto pouco realistas, e provavelmente muito tardias em relação às figuras similares de outros territórios da África Meridional. Da mesma maneira, descobriram-se as figuras de duas girafas, ambas de estilo naturalista, ainda que muito simples (Junta de Investigações do Ultramar, 1964).

Alguns locais da Serra-Abaixo, na vertente ocidental da serra de Chela, revelaram uma flora mais rica e variada, e onde aparecem desde logo árvores de dimensões consideráveis – tratando-se de uma região situada perto da ribeira de Txipòpilo, em que corre água normalmente apenas na época das grandes chuvas (Junta de Investigações do Ultramar, 1964).

Ao que a equipa científica ainda reparou, neste local, que se encontravam aglomerados pouco elevados de rochas graníticas, revelando bem nítidos efeitos da erosão, que as degradava continuamente, provocando fraturas mais ou menos longas e profundas. Por cima de amplas lajes de pedra terão avistado numerosas gravuras rupestres abertas na superfície da rocha (Junta de Investigações do Ultramar, 1964).

Nesta estação arqueológica, à altura dominavam dois tipos de figuras: alguns pés humanos, patas de felinos e de antílopes, como nas regiões do Sudoeste africano, e dezenas de enxadas encabadas com lâminas, redondas, ovais, cordiformes, triangulares, em forma de D, alguns cabos separados, um – machado e um emblema de chefe nativo. Os desenhos, pertencentes a diferentes idades, sobrepunham-se amiúde. Comparando as gravuras das enxadas e dos machados com os instrumentos de ferro que, a esse tempo, continuavam a ser empregues pela maioria dos bantos do sul de Angola, verificou-se, segundo o olhar dos cientistas, que a analogia era perfeita (Junta de Investigações do Ultramar, 1964).

No que concerne às pinturas do exíguo abrigo sob rocha do morro do Filho de Txitundu Hulu – cuja abertura, com cerca de 10 m, se acha ao nível do solo – à altura desta missão, estavam protegidas contra a chuva, que aliás é muito escassa na região. Estas pinturas eram formadas por desenhos quase sempre com única cor – branca ou vermelha – ou de duas cores, às quais se junta raramente a negra. Mostrando diversas formas geométricas: discos dispostos dois a dois, radiados, traços verticais duplos, sinais estelares escalariformes e figuras de estilo convencional ou simbólico. Podendo ver-se igualmente: hipotéticas figuras humanas – uma em forma de ferradura –, alguns quadrúpedes, talvez felinos, de estilo naturalista ou subnaturalista, providos de longa cauda; sinais pectiniformes; uma lagarta, sobre a qual os cientistas manifestaram reservas; figuras serpentiformes – entre outras a de um grande ofídio – e uma ave, cuja posição lembrava a de um pássaro no

ninho, vista de cima; podendo ser encontradas figuras semelhantes a esta entre os Aruntas da Austrália Central (Junta de Investigações do Ultramar, 1964).

Após comparação, estes especialistas, consideraram que os dados interpretados, revelavam que, além do mais, o conjunto dos destes desenhos, cuja maioria manifesta carácter abstrato, difere do das pinturas do Sudoeste africano, se bem que neste lugar as figuras geométricas estejam representadas de modo mais lauto (Junta de Investigações do Ultramar, 1964).

As pinturas do abrigo do morro do Txitundu Hulu – situado a cerca de 300 m de altitude e com uma abertura de cerca de 35 m de comprimento – compreendiam, à altura, desenhos lineares, diferentes discos, círculos com pontos no interior, figuras redondas ou ovais, triangulares, rectangulares e trapezoidais, traços verticais, diminutas estrelas com numerosos pequenos ramos, figuras escalariformes, antropomórficas e zoomórficas, búfalos e equídeos, merecendo ser salientadas ainda as dezenas de círculos radiados, em que os raios se dispõem como as pétalas longas ou curtas de flor, e uma cruz de Lorena. Nestas pinturas dominavam, de acordo com a análise dos cientistas, as cores branca e vermelha; por vezes as figuras apresentavam-se mal definidas e de interpretação difícil e incerta (Junta de Investigações do Ultramar, 1964).

Estes especialistas, ainda terão utilizado dados das prospeções para assegurar, de acordo com as amostras recolhidas, que, algumas das gravuras rupestres do Brútuei e do Camuculo eram semelhantes às que têm sido encontradas em quase todas as regiões do mundo – por exemplo, do Norte de Portugal e da Galiza, atribuídas à idade do Bronze ou ao Eneolítico (Junta de Investigações do Ultramar, 1964).

Estimando ademais, que as gravuras de Txiçópilo não foram feitas pelos Bosquímanos nem pertenceriam a qualquer outro povo colector ou caçador; todavia, não há nenhum obstáculo em acreditar que estas figuras foram executadas por negros, ao tempo, muito atrasados; os nativos de Camuculo afirmavam que os autores dos desenhos de Txiçópilo tinham sido Mucucandos, razão por que chamavam às gravuras «Cartas dos Mucucandos». Tendo sido interrogados alguns bantos locais sobre a origem e a técnica das enxadas e dos machados representados nas rochas, responderam, aos cientistas, que foi Deus que havia inspirado e ensinado o desenho dos instrumentos, para que os ferreiros pretos pudessem copiá-los (Junta de Investigações do Ultramar, 1964).

Por vezes, os Mucucandos são confundidos com os Mucucissis, considerados, ao tempo, entre os povos mais primitivos de Angola, e de um modo geral desprezados pelas outras tribos negras da região, designadamente os Mucubais; frequentemente, os Mucucissis, que contactavam mais com os Europeus, recusavam o seu etnónimo, considerado humilhante, e declaravam-se Mucucandos. Seja como for, o então desenvolvimento cultural dos Mucucandos não permite supor que tenham sido os autores das

gravuras de Txiþòpilo, tanto mais que a arte de trabalhar o ferro foi praticada apenas por um número relativamente pequeno de tribos de Angola, como os Quiocos e Cuanhamas, populações muito afastadas de Camucuiu e sem visíveis afinidades morfológicas e culturais com os Mucuanos (Junta de Investigações do Ultramar, 1964).

Assim, as gravuras de Txiþòpilo devem considerar-se como pertencentes a duas épocas; as marcas dos pés humanos e das patas de felinos e de antílopes são muito anteriores às das enxadas, de feitura bastante recente, e muito amiúde desenhadas sobre as primeiras (Junta de Investigações do Ultramar, 1964).

Faço ainda notar que, em nenhuma das grutas estudadas por Henri Breuil, na África do Sul, se encontraram pinturas do estilo das dos morros do Filho de Txitundu Hulu e do Txitundu Hulu, essencialmente abstratas; - podendo desta forma afirmar-se que, segundo os cientistas, especialmente, as pinturas do Filho de Txitundu Hulu devem considerar-se muito antigas, sem que haja, todavia, ao que parece, qualquer relação entre estas e as da Damaralândia, porventura executadas na mesma época (Junta de Investigações do Ultramar, 1964).

Estes vestígios culturais estudados pelos autores permitiram a Miguel Ramos integrar conhecimento importante no domínio da arte rupestre em Angola (Ramos, s.d.; Junta de Investigações do Ultramar, 1964). Que a MEASA aproveitou com vista a novas descobertas e aumento do saber sobre a arte da pré-história em Angola (Ramos, s.d.).

Sobretudo, porque estas marcas dão a perceber que existiram comunidades humanas paleolíticas no deserto de Moçâmedes capazes de gerar diversidade cultural e um sentido estético. Consequência de um clima favorável, onde existia água, plantas e animais essenciais ao seu bem-estar. Estas condições foram propícias ao aparecimento de pintores e gravadores, com estilos particulares em consequência da evolução das suas técnicas (Junta de Investigações do Ultramar, 1964).

O mais recente estudo sobre as pinturas do abrigo do Tchitundu-hulu Mucai foi levado a efeito por José Caema Fernandes (Fernandes, 2014).

Segundo este autor a estação arqueológica Tchitundu-hulu abrange quatro sítios. Tchitundu-hulu Mulume, Tchitundu-hulu Mucai, Pedra da Zebra e Pedra da Lagoa (Fernandes, 2014).

A importância das pinturas deste abrigo para o esclarecimento «da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos», leva o Ministério da Cultura de Angola, a desejar que as mesmas sejam classificadas património da humanidade (Fernandes, 2014).

4.2. MEASA

O documento – relatório da missão, é um registo original, em suporte de papel, sem data de produção. Segundo parece, o autor foi Miguel Ramos e é provável que a sua elaboração tenha ocorrido após a missão. Este testemunho encontra-se depositado no arquivo Miguel Ramos, na Unidade de Pré-história e Arqueologia (IICT). O relatório é uma fonte importante para a compreensão da MEASA, na qual o cientista explica o itinerário científico seguido (Ramos, s.d.).

Na folha de rosto do relatório o cientista utiliza a palavra sucinto. É efetivamente um breve registo, com dez páginas (Ramos, s.d.).

A introdução destinou-a à enumeração dos elementos chave da missão, através de exposição detalhada, tendo dito que dirigiu uma missão de estudo a Angola, empreendendo trabalhos de campo na zona Sudoeste desse país, incorporados num esquema de investigações sobre a pré-história, antecipadamente estabelecidos e superiormente anuídos, com o seguinte esquema: estudo das condições mesológicas regionais; identificação topográfica precisa das estações já descobertas – especificamente, grutas, abrigos, estações de superfície, gravuras e pinturas rupestres –; pesquisa com vista à descoberta de novos sítios; entabulamento de documentação, detalhada sobre as estações analisadas, incluso o seu material lítico, paleontológico – em particular, a fauna de vertebrados, mormente os primatas –, sedimentológico, artístico entre outras coisas; realização de pesquisas complementares de prospeção, com o objetivo de avaliar as condições estratigráficas de certas jazidas; execução de escavação sistemática em lugar cuja estratigrafia propicie facilidades para o estudo da evolução regional – sobretudo, paleoclimática, cultural e paleontológica (Ramos, s.d., p. 1).

O cientista explicou através de exposição acurada os objetivos, mas não só como também, a metodologia da mesma. Materializando, desta forma, com elevado rigor o modelo pensado para esta campanha em África. Segundo estes dados percebemos que estamos diante de um programa ambicioso, porque até à MEASA o exercício da arqueologia ocorria no decurso de missões antropológicas e etnográficas e a pré-história no Sudoeste de Angola estava pouco estudada (Martins, 2014, comunicação; Coelho & Mota, 2010, p. 106).

No campo introdução, Miguel Ramos afirmou que desde o final do século XIX, o local em estudo tem seduzido pré-historiadores e curiosos das coisas arqueológicas (Ramos, s.d., p. 1). A exemplo da diversidade tipológica relativa aos artefactos. No entanto, os estudos científicos sistematizados no Sudoeste de Angola relativamente à pré-história

não tinham ocorrido até à MEASA. Pelo que os poucos estudos que existiam, não sistematizados, foram levados a efeito nomeadamente por António José de Almeida, José Camarate França, Henri Breuil e John Desmond Clark (Coelho & Mota, 2010, p. 106).

Segundo Miguel Ramos no período anterior à MEASA o conjunto do território angolano, no que diz respeito à fase de prospeção e determinação das características gerais dos achados, alusiva à cultura material e à paleontologia – para a qual cooperaram, entre outros Choffat, Mouta, Arambourg, Missão Antropobiológica de Angola – com, António de Almeida e Camarate França – e Desmond Clark, contribuiu com preciosos elementos orientadores, da missão, formando o seu todo uma relevante contribuição científica, pela notável abundância de materiais recolhidos e a larga repartição geográfica das jazidas (Ramos, s.d.; Coelho & Mota, 2010, p. 106).

Os impulsionadores da MEASA foram Virgílio Martins, diretor do Instituto de Investigação Científica de Angola e Silvino Marques, governador-geral (Ramos, s.d., p. 2).

Planeando desenvolver o estudo sistemático dos sítios no Sudoeste de Angola, de acordo com os princípios que então regiam a metodologia das ciências pré-históricas, decidiram, Silvino Marques e Virgílio Martins requerer à Junta de Investigações do Ultramar o envio de especialistas. Por indicação dos Professores António de Almeida, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina e diretor do Centro de Estudos de Antropobiologia e Carlos Teixeira, da Faculdade de Ciências de Lisboa e diretor do Laboratório de Estudos Petrológicos e Paleontológicos do Ultramar, Miguel Ramos foi incumbido dessa tarefa (Ramos, s.d.; Coelho & Mota, 2010, p. 106). Porque já o tinham escolhido para trabalhar com eles em 1963 no projeto relativo à criação de um *Atlas da Pré-história de África* (Ramos, 1986, p. 1).

A colaboração entre o instituto de Investigação Científica de Angola e a Junta de Investigações do Ultramar permitiu, na região Sudoeste de Angola, o aumento expressivo de estações arqueológicas reconhecidas, sob o comando de Miguel Ramos. O que prova o interesse e a importância do estudo dos sítios, a motivação dos impulsionadores e os papéis que desempenharam neste processo. O exemplo de António de Almeida que já tinha desenvolvido estudos, de campo, para o esclarecimento da pré-história em Angola e pretendia, com a indicação de Miguel Ramos para a MEASA, aumentar o conhecimento anterior (Coelho & Mota, 2010, p. 106; Ramos, s.d.).

4.2.1. Diligências preparatórias e trabalhos realizados

Continuando a exposição da MEASA, o cientista entra no campo respeitante às ações preparatórias da missão, com vista ao arranque do trabalho empírico; tendo afirmado

que, depois de terem chegado a Luanda, a primeira diligência foi no sentido de reunir o material – fotográfico, topográfico, de acampamento, transportes e outras coisas mais – indispensável aos trabalhos de registo e de trabalhos de campo que tinham de realizar, bem como, integrar outras informações aos dados que já possuíam. (Ramos, s.d.).

Para levarem avante este plano, foram apoiados pelo Serviço de Oficinas e de Material, pela Divisão de Geologia e pelo Centro de Documentação Científica, do Instituto de Investigação Científica de Angola (Ramos, s.d.).

Concluídas as diligências, viajaram de *jeep* para Sá da Bandeira, onde iniciaram sem demora trabalhos de campo nos arredores desta povoação, tentando, acima de tudo, gerir da melhor forma o tempo que dispunham (Ramos, s.d., p. 3).

Percebemos assim, que o cientista e equipa tinham definido como prioritária a questão do equipamento, fundamental em relação aos seus intentos. Para tal a organização da MEASA previu logo à sua chegada a Luanda a colaboração entre diversas entidades Angolanas. Além disso, sentiram necessidade de aprimorar as informações, para completarem os elementos que já possuíam. Tendo sido auxiliados nestas ações; após conclusão das diligências relativas à recolha das informações (Ramos, s.d., p. 2), deixaram Luanda rumo a Sá da Bandeira, onde avançaram desde logo com trabalhos no terreno, visando a maximização do tempo que dispunham. Segundo parece Miguel Ramos tinha planeado com grande rigor a MEASA, desde logo colocando grande cuidado em relação à logística e recolha de informação complementar, indispensáveis, à ação no terreno e ao sucesso da missão.

4.2.2. Prospeções

Relativamente às prospeções, Miguel Ramos alegou que, deram início aos trabalhos de campo começando por proceder a uma prospeção regional, apoiada na localização das jazidas já documentadas e estudadas por outros cientistas que o precederam no estudo da pré-história em Angola – António de Almeida, Camarate França, Mouta, entre outros –, fazendo esforços no sentido de consumir novas descobertas. Tentando desta forma aumentar o reduzido conhecimento que existia sobre a pré-história, da região Sudoeste de Angola (Ramos, s.d., p. 3; Coelho & Mota, 2010, p. 106; Clark, 1966).

Visando esse objetivo, procederam à cartografia minuciosa, no âmbito da carta 1:100.000, de todas as estações que lhes foi possível localizar, tendo também efetivado colheitas de materiais em vários locais, sendo a generalidade destes oriundos da superfície ou, formados por peças mescladas nos depósitos fluviais e de vertente. Interessaram-se

ainda, pela obtenção de amostras tipos frequentes na região, para assim, poderem analisar concomitantemente as formações sedimentares a que estavam associados (Ramos, s.d.).

Os trabalhos desta primeira fase levou-os a realizarem percursos que se dilataram para Oeste, atingindo dessa forma a orla costeira, na região de Moçâmedes. (Ramos, s.d.). O que permitiu a Miguel Ramos observar *in situ* a existência de artefactos líticos (Coelho & Mota, 2010).

No decurso desta prospeção descobriram a jazida 355-7, em Capangombe Velho que, pela copiosidade e especificidade do seu material colocado a descoberto pela erosão próximo a uma linha de água, os chamou à atenção, pelo que, a examinaram com especial cuidado (Ramos, s.d., p. 3).

Na perspectiva de Miguel Ramos esta estação arqueológica, de acordo com os achados e especificidades sobretudo «[...] técnico-morfológicas, matérias-primas utilizadas, tipometria e categoria de parte expressiva dos artefactos recolhidos», deveria ser situada no *Acheulense* Evoluído (Coelho & Mota, 2010. p. 107).

Nesta jazida levaram a efeito uma sondagem, prática que parece refletir o facto de que a MEASA pretendia explorar uma vasta área e que teria constrangimentos de tempo. Tal sondagem comprovou o interesse da jazida pelo tipo de achados encontrados (Ramos, s.d., p. 3). Sobretudo, porque a jazida apresentava a maior série tipológica do *Acheulense* no Sul de Angola (Ramos, 1980, pp. 20-21). Circunstância muito importante, sobretudo, porque poderia contribuir para o esclarecimento das linhas da evolução cultural na região Sudoeste de Angola, questão central à MEASA e sobre a qual até a esta missão existiam grandes dúvidas (Ramos, 1981, p. 29).

Facto que motivou Miguel Ramos a instalar-se e a proceder a escavações. Estas escavações como o próprio Miguel Ramos refere no relatório seguiram, sempre que as condições de trabalho o permitiam, as técnicas dentro dos princípios metodológicos elaborados por André Leroi-Gourhan (Ramos, s.d., p. 3).

Relativamente aos princípios metodológicos, são os da «décapage» que consiste na decapagem horizontal camada a camada de grandes áreas conduzida cuidadosamente e registo completo de cada camada. Deste modo, preservando a integridade espacial da distribuição dos achados é possível estabelecer um tecido de relações entre os objetos da mesma camada. Estas relações recíprocas permitem a reconstrução de aspetos sociais, económicos e culturais das populações que utilizaram aqueles artefactos e aquela camada (Alves, 2013, 99-100; Soares, 2004, 39, 43, 48, 49, 119). Esta técnica de escavação foi utilizada no Campo Escola de *Pincevent*, da Universidade de Paris, onde Miguel Ramos exerceu a função de chefe da equipa de escavações, em 1965 (Ramos, 1986, p. 3). E assentam na corrente de tecnologia cultural – teorização geral da relação entre a tendência

técnica e a dinâmica da sociabilidade humana – elaborada por André Leroi-Gourhan, à qual já fiz referência em capítulo anterior (Leroi-Gourhan, 1984).

É inegável a importância da contribuição de Gourhan para a arqueologia, tendo sido admitida, entre outros, por Bruce Trigger quando este reconheceu que na primeira edição do seu livro intitulado *A history of archaeological thought*, pouca ou nenhuma atenção dispensou aos trabalhos, entre outros cientistas, de André Leroi-Gourhan, pelo que, na segunda, procurou retificar esse lapso, sobretudo, devido ao valor do seu trabalho ligado ao estudo da pré-história (Trigger, 2006, pp. xvi-xvii).

No que diz respeito às condições de trabalho, questão pouco desenvolvida no relatório da missão, pelo que inferi, as escavações realizaram-se sob fortes constrangimentos, desde logo, em relação ao prazo limite que dispunham para a sua conclusão. Para o qual contribuía certamente a morosa metodologia de escavação utilizada por Miguel Ramos. Como também, podem ter ocorrido, problemas emergentes das condições em que a MEASA se realizou, no quadro da Junta, foi a primeira Missão Arqueológica. Estes foram problemas que Miguel Ramos enfrentou, pelo que, e até que ponto os mesmos tiveram impacto no resultado da MEASA (Ramos, 1981, p. 32; Martins, 2014, comunicação).

Na etapa seguinte de prospeção e reconhecimento, a equipa teve oportunidade de visitar as regiões da Oncócuá, Virei e Porto Alexandre, onde para além das estações líticas, examinaram a arte rupestre. Evidenciando, desta última, a do Monte Negro, próximo do rio Cunene, que estudaram meticulosamente, bem como, a da região do Virei – anteriormente estudada por Baunann, Camarate França, António de Almeida e Breuil –, a qual visitaram para melhor documentar (Ramos, s.d., pp. 3-4).

4.2.3. Exemplo de registos de algumas estações exploradas durante a MEASA,

Carta 1:100.000 n.º. da folha	n.º. da estação	Coordenadas C. A.	Nome do local
355	1	14° 46' 55" - 13° 20' 10"	Mialabo
	2	14° 44' 40" - 13° 18' 50"	
	3	14° 50' 30" - 13° 24' 45"	Fundevala
	4	14° 50' 10" - 13° 24' 40"	Techalundicaga
	5	14° 49' 5" - 13° 23' 35"	
356	1	14° 55' 20" - 13° 30' 10"	Sá da Bandeira
	2	14° 55' 40" - 13° 30' 39"	
	3	14° 56' 40" - 13° 32' 58"	
	4	14° 57' 05" - 13° 34' 10"	Nampoa
	5	14° 57' 32" - 13° 33' 50"	Abílio Cunha
353	1	15° 00' 50" - 12° 25' 40"	Rajor
	2	15° 12' 30" - 12° 10' 41"	
	3	15° 09' 25" - 12° 13' 31"	Fazenda Anélia
354	1	15° 00' 50" - 12° 31' 35"	
355	1	15° 22' 10" - 13° 27' 3"	Cavambo - Ta- paíra (1)
	2	15° 05' 00" - 13° 15' 49"	Loba (gruta)(2)
	3	15° 06' 48" - 13° 15' 15"	Lomagona (gruta)
	4	15° 08' 45" - 13° 15' 25"	
	5	15° 10' 15" - 13° 17' 22"	Techivinguero (Neocla Agrá- cola)
	6	15° 06' 25" - 13° 09' 30"	
	7	15° 06' 05" - 13° 08' 35"	Capangombe
	8	15° 03' 50" - 13° 04' 20"	Capanda I
	9	15° 03' 40" - 13° 04' 20"	Capanda II
	10	15° 02' 35" - 13° 08' 05"	Caconce - St.º. António
	11	15° 04' 45" - 13° 09' 35"	St.º. António
	12	15° 08' 11" - 13° 08' 05"	
	13	15° 05' 10" - 13° 04' 20"	Terra Nova
373	1	15° 47' 30" - 11° 53' 00"	
375	1	15° 49' 55" - 12° 54' 10"	Lungo
	2	15° 57' 00" - 12° 53' 00"	
	3	15° 58' 15" - 12° 52' 50"	
	4	15° 56' - 12° 53'	Chitundulo (con- junto) gravuras e pinturas ru- pestres
419-442	1	16° 59' 32" - 13° 15' 12"	Monte Negro (gravuras ru- pestres)
	2	16° 59' 26" - 13° 15' 50"	

(1) - Descoberta pelo Sr. Cruz
(2) - " " " Sr. Cruz

4.2.4. A escavação da estação arqueológica de Capangombe

O caso particular ligado à escavação da estação arqueológica de Capangombe – Santo António (355-11), a qual, Miguel Ramos deu especial destaque no relatório da missão, pela sua importância, para a interpretação dos fenómenos culturais ocorridos no decorrer *Middle Stone Age* (M.S.A.) no Sudoeste de Angola (Ramos, 1981).

A jazida Acheulense de Capangombe – Santo António está situada perto de Capangombe Velho, região de Moçâmedes, na encosta sul da colina de Santo António, próximo da escarpa da Chela (Ramos, 1980, p. 15).

Notas respeitantes às escavações realizadas por Miguel Ramos nesta estação :

Após terem estabelecido a rede topográfica, formada por quadrados com 5m de lado – a partir de um ponto bem identificado no terreno, que designou zero – e procedido à divisão da área, que consideraram ter interesse arqueológico, em setores, de acordo com o eixo das abcissas, linha E-W, levaram a efeito a escavação (Ramos, s.d., p. 6).

As expectativas confirmaram-se, sendo assim, o resultado da colheita abundante, para além do que, as camadas arqueológicas apresentavam uma densidade de materiais pouco frequente (Ramos, s.d., p. 6). Também Miguel Ramos confirmou a existência de dois níveis arqueológicos principais, muito ricos em peças líticas, dada a importância desta jazida a escavação estendeu-se durante o primeiro trimestre de 1967 (Ramos, 1981, p. 31).

Pelo que, estabeleceu uma micro-topografia tão rigorosa quanto as condições de trabalho o permitiam e além disso, pensavam, estarem na posse de elementos que poderiam servir a um estudo tecno-estatístico de forma a fornecer a definição da tipologia das indústrias, mas não só como também, de diversos ângulos da paleontologia relativos aos seus artífices (Ramos, s.d., p. 6).

Miguel Ramos novamente refere as condições de trabalho no relatório da missão, pelo que foi inferido e já referido anteriormente, relativas aos limites de tempo muito rígidos para realização das escavações, levando-me a considerar que foi um problema com que se debateu ao longo desta campanha no Sudoeste de Angola. Visível na exploração da jazida de Capangombe – Santo António. Apesar da recolha do material ultrapassar largamente as expectativas, a equipa ficou muito longe de esgotar a sua exploração. O que prova a existência de constrangimentos em relação MEASA, no entanto, aparentemente, Miguel Ramos não se deixou abalar e assim recolheu das camadas desta estação arqueológica mais de 56 mil peças na superior, na inferior mais 45 mil (Ramos, 1981, p. 31).

Complementarmente à escavação efetuou diversos reconhecimentos locais, para melhor compreender os depósitos sedimentares, proveniências e evolução. Tendo este exercício levado à descoberta de outras jazidas; das quais, deu destaque a duas: a primeira

destas – 355-10, localizada na vertente norte do Morro de Santo António. Sobre a qual o cientista disse que, apesar dos materiais terem sido arrastados pelas águas e se encontrarem à superfície, esta propiciava, abundância de peças de talhe cuidado e assim, formava uma magnífica colheita para ilustração tipológica. A segunda – 355-11, estabelecida na vertente sul do mesmo Morro; a qual, o cientista presumiu tratar-se de uma descoberta relativamente notável. Sobretudo porque pensava que esta seria uma jazida *Acheulense*, posta a descoberto pela erosão. Devido às características e profusão dos materiais que poderiam disponibilizar elementos da maior importância para o estudo desse território. Considerando que ali não existiam jazidas com as especificidades desta. Pela diversidade tipológica relativa aos artefactos, entre os quais, núcleos trabalhados, bifaces, machados, raspadores, lâminas, pontas etc. Como também, pela multiplicidade de matérias-primas utilizadas na sua manufatura (Ramos, s.d.; Coelho & Mota, 2010, p. 106).

E ainda, as minhas observações relativas às coleções arqueológicas do ex-Centro de Pré-história e Arqueologia (IICT), principalmente as referentes à estação arqueológica de Capangombe – Santo António, 355-11, mais precisamente a dos machados de mão provenientes de amostras recolhidas durante a missão de estudo no Sudoeste de Angola em 1966 por Miguel Ramos. Segundo este, esta coleção lítica, de acordo com as suas especificidades, deveria ser situada no *Acheulense* Evoluído. Esta coleção é oriunda de prospeções de superfície, tendo os seus artificios utilizado na sua manufatura matérias-primas com origem nas cascalheiras da região. É de considerar que este conjunto de artefactos líticos do Sudoeste de Angola tenham elevada importância para percebermos a evolução técnica do *Acheulense* Evoluído, relacionada com a Idade Antiga da Pedra que foi, na Idade da Pedra da África Austral, o primeiro período. E que até à MEASA não tinha de todo sido esclarecida no que toca às linhas de evolução da região Sudoeste de Angola (Ramos, 1981, p. 29). Esta coleção de machados de mão será incluída na proposta de exposição de estudo, acima de tudo, porque permite determinar uma série tipológica quase completa, sendo este facto demonstrativo da evolução técnica no Sudoeste de Angola (Coelho & Mota, 2010, pp. 106-109).

4.2.5. A arte rupestre

A MEASA também esteve ocupada com o estudo da arte rupestre. A qual, Miguel Ramos considerou ser uma temática controversa no Sudoeste de Angola. Especialmente porque pensava que existiam um conjunto de incertezas sobre a arte rupestre, nesse

território, que não estavam esclarecidas. A considerar: cronologias, afinidades culturais e principalmente, o esclarecimento do universo simbólico decorrente dos testemunhos – estéticos, ideológicos e etnográficos – das diversas fases relativas a esta arte (Ramos, 1979; Ramos, s.d., p. 7).

Pelo que, o estudo da arte rupestre no Sudoeste de Angola permitiria a MEASA perceber e trazer à luz, além do mais, a evolução cultural e ambiental no decorrer da pré-história (Ramos, 1979).

Os locais visitados pela MEASA para estudo desta arte foram o Monte Negro e o Virei (Brutuei) (Ramos, s.d.).

Relativamente às gravuras de Monte Negro, localizadas a cerca de 300 metros da margem direita do Cunene, procederam a observação e registo, de um grande número ali existente. No Virei observaram gravuras e pinturas já estudadas por outros autores, designadamente Camarate França, António de Almeida e Henri Breuil (Ramos, s.d.; Junta de Investigações do Ultramar, 1964, p. 165).

As gravuras rupestres de Monte Negro foram descobertas por J. Gaerdes, em 1922, e posteriormente foram visitadas por E. Scherz, em 1960, que não deixaram qualquer registo sobre estas. Foi a MEASA que procedeu ao seu levantamento, em 1967 (Ramos, 1979, p. 11).

No entanto, teria sido importante que a MEASA tivesse levado a cabo o estudo sistemático destas gravuras para melhor poder esclarecer as questões relacionadas com as mesmas, bem como, a evolução cultural nos diversos períodos da pré-história (Ramos, 1979).

Segundo Miguel Ramos, o tempo limitado que dispunha e os meios não permitiram um estudo mais profundo (Ramos, 1979, p. 42).

Carlos Ervedosa observou as gravuras de Monte Negro pela primeira vez no gabinete de trabalho de Miguel Ramos, em Lisboa. Discordando desde logo da sua análise relativamente a estas. Sobretudo, porque contrariamente ao que pensava Miguel Ramos as gravuras de Monte Negro são idênticas às do Tchitundo-hulo. Desde logo pelos desenhos de diversos animais e a enorme quantidade de símbolos e círculos (Ervedosa, 1980).

Em suma, segundo a minha interpretação, percebe-se que a MEASA terá enfrentado problemas de operacionalização, nomeadamente de gestão de tempo, humanos e materiais. Exemplos: limites de tempo muito rigorosos para a realização de escavações morosas, longos tempos de espera do envio dos materiais para o laboratório e lenta catalogação, devido aos insuficientes recursos humanos e no caso das gravuras de Monte Negro, meios (Ramos, 1979, p. 42; Ramos, 1981, p. 31).

Assim, é pertinente levantar a seguinte questão: qual o impacto efetivo destes constrangimentos na MEASA?

A exposição e os seminários tentarão responder, dentro das diversas problemáticas a debate, a esta.

CAPÍTULO V – Proposta de exposição

Segundo o International Council of Museums (ICOM) exposição é:

«[...] tanto o resultado da acção de expor, quanto o conjunto daquilo que é exposto e o lugar onde se expõe [...]» (ICOM, 2013, p.42).

Ainda que de forma preliminar é de considerar, de acordo com Davallon, que exposição possa ser interpretada como: «o ato de expor coisas ao público, os objetos expostos, e o lugar no qual se passa a exposição» (ICOM, 2013, p.42). Como consequência do ato de pôr à vista, a exposição revela-se como uma das funções essenciais do museu, que em conformidade com definição do ICOM: «adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o património material e imaterial da humanidade» (ICOM, 2013, 43).

Elabora-se seguidamente um itinerário sucinto através de diversos autores sobre o conceito de exposição.

Helena Vieira define exposição, baseando-se nos pensamentos de David Dean, como «[...] um grupo polivalente de elementos que, de forma completa, apresenta ao público uma colecção ao mesmo tempo que disponibiliza um conjunto de informação no sentido de permitir a sua acepção pelo público» (Vieira, 2009, p. 5). E de Jan Vehaar e Han Meeter, que explicam exposição como «[...] um meio de comunicação dirigido a um público alargado e que tem como fim transmitir informação, ideias e emoções relativas às evidências materiais do Homem e dos seus meios circundantes, com o auxílio de métodos visuais e multidimensionais» (Vieira, 2009, p. 5).

Guaracira Gouvêa compreende exposição como o resultado «[...] do agenciamento de coisas (objetos) em um espaço (lugar) a partir de uma intenção, envolvendo táticas – técnicas comunicacionais – e atores sociais, e tornando-se capaz de atrair o público» (Gouvêa, 2009, p. 342).

E ainda, António Nabais e José Carvalho dizem a este respeito que exposição «[...] é o meio por excelência do museu, o instrumento da sua linguagem particular» (Nabais & Carvalho, 1993, p. 137).

Este conjunto de ilações permitem dar a perceber a opção pela exposição, em relação à MEASA, nomeadamente pela interpretação e crítica.

5.1. Justificação da exposição

A exposição justifica-se, entre o demais, porque:

- A MEASA foi a primeira Missão Arqueológica no quadro da Junta (comunicação oral da arqueóloga Ana Cristina Martins em 8 de outubro de 2014 – Sociedade de Geografia de Lisboa).

- A Missão iniciou o estudo sistemático da pré-história na região Sudoeste de Angola (Coelho & Mota, 2010, p. 106).

- Pelos resultados obtidos. A exemplo permitiu o estudo do *Acheulense* no território acima referido (Coelho & Mota, 2010, p. 106).

- Pela metodologia utilizada (Ramos, s.d., p. 3). Com ligações à escola francesa, mais precisamente, a André Leroi-Gourhan, com a sua corrente de tecnologia cultural. Saliente-se a decapagem horizontal camada a camada de grandes áreas conduzida cuidadosamente e registo completo de cada camada. Assim, preservando a integridade espacial da distribuição dos achados é possível estabelecer um tecido de relações entre os objetos da mesma camada. Estas inter-relações permitem a reconstrução de aspetos sociais, económicos e culturais das populações que utilizaram aqueles artefactos e aquela camada (Alves, 2013, pp. 99-101; Capt, s.d.; Gallay, 2013; Leroi-Gourhan & Brézillon, 1975, pp. 180-183; Soares, 2004, pp. 37-39).

- Evidência as razões que estiveram na origem da escolha de Miguel Ramos para a MEASA.

- A exposição possibilita a interpretação e crítica da MEASA. E ainda permite identificar e analisar teorias, práticas, protagonistas, temáticas, redes e circulação do conhecimento.

- Dá a conhecer os estudos que levei a cabo na Unidade de Pré-história e Arqueologia, a exemplo: a coleção, de machados de mão, proveniente de Capangombe.

5.2. Plano

O plano da exposição de estudo assenta na divulgação da missão. Com um programa estruturado na exposição e seminários, com duração de 3 meses. Sendo o projeto, a divulgação da missão de estudo no Sudoeste de Angola, em 1966. Estando

previsto o início, em 1 de novembro de 2015, com o horário: exposição – quintas-feiras, 10h-17h; seminários – quintas-feiras, 13h30-16h30. A coordenação científica dos seminários estará a cargo da arqueóloga Doutora Ana Cristina Martins, com temáticas diversas nomeadamente A arqueologia no Estado Novo, Análise da MEASA, A arqueologia subsaariana em coleções portuguesas, Arqueologia subsaariana e estudos pós-coloniais e ainda outras a considerar. As coleções e o diverso material a incluir na exposição, será apresentado seguidamente. Os custos desta operação referentes: aos espaços, logística, divulgação e outros encargos, seriam da responsabilidade do IICT. A divulgação da exposição será posta em prática através das diversas associações científicas, nacionais e estrangeiras. O local da exposição e dos seminários é o Palácio dos Condes da Calheta, o último, realizar-se-á na Sociedade de Geografia de Lisboa. Estando os espaços, assim distribuídos no edifício:

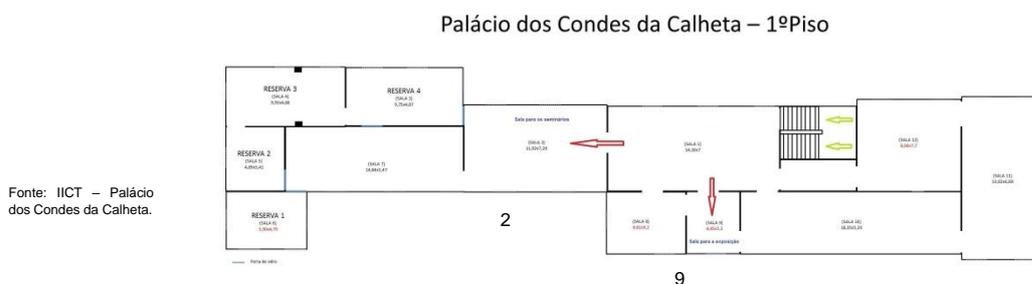


Figura 6: planta.

Observação: medidas das salas. 9 – 4,45X5,2; 2 – 11,92X7,28.

Sala 9 – exposição; sala 2 – seminários.

5.3. O guia da exposição

Esta campanha em África, mais precisamente em Angola, na região Sudoeste, teve os seguintes objetivos:

- Análise da situação mesológica regional.
- Determinação topográfica rigorosa das estações anteriormente identificadas – a exemplo: grutas, abrigos, estações de superfície, gravuras e pinturas rupestres.
- Realização de sondagem, com o desígnio de descobrir novos sítios.

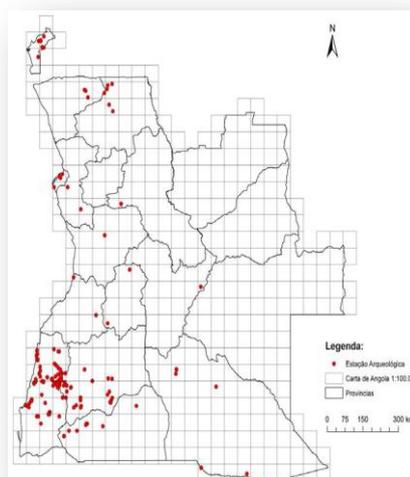
- Determinação de documentação, detalhada, acerca das estações observadas; incluso, o material lítico, paleontológico – em particular a fauna de vertebrados, especialmente os primatas –, sedimentológico, artístico, e o mais.

- Execução de pesquisas complementares à prospeção; para, determinar as condições estratigráficas das jazidas.

- Consumação de escavação sistemática; em sítio, onde a estratigrafia ofereça hipóteses de estudo da evolução da região – a exemplo: paleoclimática, cultural, paleontológica, além do mais (Ramos, s.d., p. 1).

À sua luz, realiza-se esta exposição de estudo; cuja motivação, é a sua divulgação.

5.4. Temática



Localização das estações arqueológicas de Angola
Fonte: ANTROPE
(Coelho, Pinto, & Casanova, 2014, p. 13)

5.4.1. Coleção de Fotografias

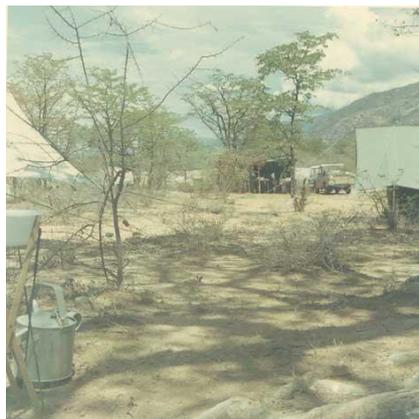
Esta coleção de fotografias enquadra a MEASA, nomeadamente os contextos. Procurando destacar os elementos centrais desta missão, a exemplo as escavações e os achados.

Relativamente às escavações, sempre que as condições de trabalho o permitiram foi empregue a *décapage* de André Leroi-Gourhan. (Ramos, s.d., p. 3).



Fonte: A.H.U. (3533-A_2).

Figura 7: registo etnográfico.



Fonte: A.H.U. (Ang-355-11_8).

Figura 8: pormenor do acampamento.



Fonte: A.H.U. (355-7_6).

Figura 9: vista geral.



Fonte: A.H.U. (355-7_7).

Figura 10: pormenor da escavação (1).



Fonte: A.H.U. (355-7_11).

Figura 11: pormenor da escavação (2).



Fonte: A.H.U. (355-7_12).

Figura 12: pormenor da escavação (3), lareira-fogueira.



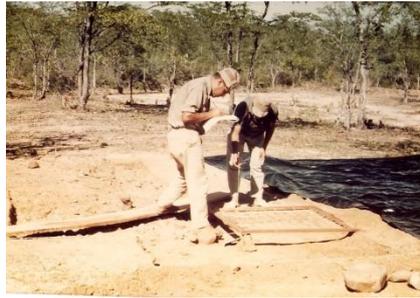
Fonte: A.H.U. (355-7_1).

Figura 13: pormenor da escavação (4).



Fonte: A.H.U. (Ang-355-7_31).

Figura 14: pormenor da escavação (5).



Fonte: A.H.U. (Ang-355-7_36).

Figura 15: pormenor da escavação (6) - desenho de campo.



Fonte: A.H.U. (Ang-355-7_22).

Figura 16: pormenor dos trabalhos.

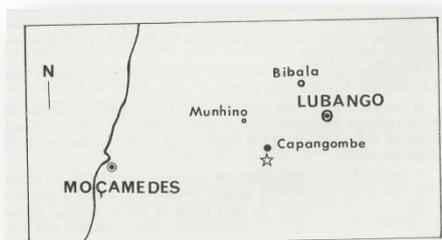


Fonte: A.H.U. (Ang-355-7_25).

Figura 17: pormenor de quadrícula (com escala de cores).

5.4.2. Coleção de machados de mão

Capangombe – Angola (355-11)



Localização de Capangombe

Fonte: Leba
(Ramos, 1981, p. 32)

Miguel Ramos seguiu a «classificação de Tixier» (Ramos, 1974, p. 315) relativamente à análise tipológica dos machados de mão provenientes desta estação arqueológica. No entanto, acrescentou mais um tipo para enquadrar algumas formas que encontrou e que não se agrupavam nesta classificação (Ramos, 1974, pp. 316-317).

Número total de machados de mão recolhidos: 196; não classificados: 33, «peças não incluíveis nos tipos da classificação de Tixier, ou cuja inclusão é muito duvidosa» (Ramos, 1974, p. 317).

Esta coleção permite determinar «[...] uma sequência tipológica quase completa, elucidativa da própria evolução técnica, caracterizando-se, quanto à sua morfologia geral, por uma alteração de lasca de suporte, obtida a partir de seixo ou bloco, e por silhuetas simétricas» (Coelho & Mota, 2010, p. 108). O mesmo desígnio está presente no retoque levado a efeito nas duas faces (Coelho & Mota, 2010, p. 108).

Tipologia,

«Tipo 0 – Neste tipo, que se poderia designar também pelo das proto-achas, em que a superfície de lascamento intercepta directamente a superfície natural do calhau, enquadram-se 34 peças.

Tipo I – Neste tipo, em que a acha continua a ser obtida a partir de um calhau, em que o gume é previamente preparado por um lascamento anterior, apresentando portanto duas direcções de percussão, enquadram-se 11 peças.

Tipo II – Neste tipo, obtido a partir de uma lasca retirada de um núcleo não preparado, tendo um dos bordos do gume natural servido de guia para a obtenção da forma por retoques laterais, enquadram-se 100 peças.

Tipo III – Neste tipo, obtido a partir de lascas de técnica *Levallois*, enquadram-se 9 peças.

Tipo IV – Este tipo, em que a técnica *Levallois* se conjuga com o método muito específico de *Tabelbat-Tachenghit*, não foi observado em qualquer das peças recolhidas.

Tipo V – Neste tipo, totalmente retocado bifacialmente, à excepção de duas pequenas zonas subtriangulares que formam os bordos do gume, enquadram-se 4 peças.

Tipo VI – Neste tipo, obtido a partir de uma *lasca-núcleo*, em que, depois de destacada uma grande lasca de um núcleo inicial, se obtém uma lasca secundária de preparação do gume da acha, ficando as duas faces da peça definidas pelas duas grandes superfícies de lascamento, enquadram-se 5 peças» (Ramos, 1974, pp. 316-317; Ribeiro, 1997, pp. 23-24).



Fonte: Fernando Santos (fotografado em: 2015-01-12). Referência – CArq-335-11,1020.

Figura 18: «tipo 0».



Fonte: Fernando Santos (fotografado em 2015-01-12). Referência – CArq-355-11, 726.

Figura 19: «tipo I».



Fonte: Fernando Santos (fotografado em: 2015-01-12). Referência – CArq-355-11, 216.

Figura 20: «tipo II».



Fonte: Fernando Santos (fotografado em: 2015-01-12. Referência – CArq-355-11, 599.

Figura 21: «tipo III».



Fonte: Fernando Santos (fotografado em 2015-01-12. Referência – CArq-355-11, 81.

Figura 22: «tipo V».



Fonte: Fernando Santos (fotografado em: 2015-01-12. Referência – CArq-355-11, 276.

Figura 23: «tipo VI».

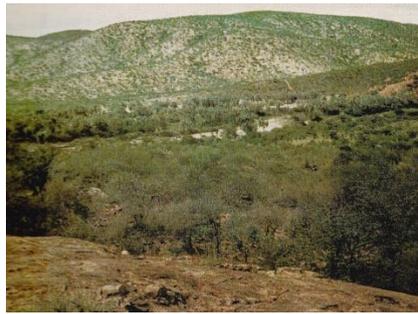
5.4.3. Coleção de gravuras rupestres Monte Negro – Angola



Localização de Monte Negro
Fonte: Leba
(Ramos, 1979, p. 12)

As gravuras situam-se no lado nascente das quedas de Monte Negro, a aproximadamente 300 metros da margem direita do rio Cunene; estando todas circunscritas ao mesmo afloramento (Ramos, 1979, p. 11).

Miguel Ramos, na MEASA, procedeu à observação e registo de um número elevado de gravuras rupestres existentes neste local (Ramos, s.d., p. 7). Esta coleção de gravuras busca evidenciar a sua ação.



Fonte: periódico Leba, n.º 2, p.44.1979.

Figura 24: vista parcial do afloramento, tirada na direção do S.W. Africano.



Fonte: A.H.U. (27865).

Figura 25: trabalho de decalque das gravuras.



Fonte: A.H.U. (27868).

Figura 26: conjunto de figurações que têm como motivo central um caprídeo.



Fonte: A.H.U. (27872).

Figura 27: série de formas curvas.



Fonte: periódico Leba, n.º 2, p.44.1979.

Figura 28: formas curvas fechadas, com desenho interior, em escudete.

5.4.4. Artigos de periódicos

Diário de Lisboa, dado à estampa em 1983, com o título «Arqueologia em Angola»,



Figura 29: jornal *Diário de Lisboa*.

Além deste artigo, outros houve, que dedicaram atenção à missão, nomeadamente, o jornal *Comércio*, em 1967-02-07, sob o título, «As camadas geológicas de Capangombe vão revelando os segredos da sua pré-história – um especialista do Pleistocénico procede a explorações»; bem como, o semanário regional *A Huila*, que, segundo Miguel Ramos, incluiu diversas notícias sobre as investigações a decorrerem (Ramos, s.d., p. 9).

Mas, o interesse acerca desta questão, estendeu-se ao emissor regional *Rádio Club da Huila*, que, para tal, terá divulgado as atividades da missão e transmitido parte da palestra que o cientista proferiu em Sá da Bandeira (Ramos, s.d., p. 9).

5.4.5. O último seminário da exposição

Esta ação terá lugar na Sociedade de Geografia de Lisboa – dentro do horário previsto –, no Anfiteatro Adriano Moreira. A coordenação científica estará a cargo da Doutora Ana Cristina Martins – Presidente da Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Em síntese, o modelo pensado para a exposição e seminários, permite, segundo a minha interpretação, além do mais, a (re)análise crítica da missão, na esteira da atual ciência. Como também, pode estimular o interesse em saber mais sobre a mesma, e assim, à luz da moderna arqueologia pré-histórica, pode abrir campo a novos estudos. Tomando a exemplo os temas a debate nos seminários: a arqueologia no Estado Novo; análise da MEASA; a arqueologia subsaariana em coleções portuguesas; arqueologia subsaariana e estudos pós-coloniais.

CONCLUSÕES

De acordo com os estudos levados a cabo para a construção deste projeto e pelo que inferi dos diversos testemunhos, pode concluir-se, desde logo que a MEASA foi muito importante. Entre o demais, pelos resultados alcançados nesta campanha que contribuíram para esclarecer as dúvidas existentes relativas às linhas da evolução da pré-história no sudoeste de Angola. A exemplo das peças recolhidas que hoje integram as coleções arqueológicas do ex-Centro de Pré-história e Arqueologia do IICT, das quais destaco a dos machados de mão proveniente de amostras recolhidas durante a MEASA, designadamente porque possibilita estabelecer uma sequência tipológica quase integral, demonstrativa da própria evolução técnica.

Os bons resultados da MEASA parecem dever-se em boa parte à coordenação de Miguel Ramos. Podendo estes estar relacionados, pelo que as fontes estudadas indicam, à sua sólida formação académica e profissional. Nomeadamente Miguel Ramos contactou com personalidades centrais das duas áreas do conhecimento em que se especializou, a geologia e a arqueologia, ciências complementares e fundamentais para o estudo da pré-história. A exemplo sob a coordenação de André Leroi-Gourhan, Miguel Ramos chefiou a equipa de escavações do Campo Escola de *Pincevent* da Universidade de Paris, onde em 1965 é experimentada e estabelecida a metodologia de escavação, conhecida como *décapage*. Miguel Ramos terá feito uso dos conhecimentos adquiridos durante a MEASA, onde empregando a *décapage*, técnica baseada nos princípios metodológicos elaborados por André Leroi-Gourhan, levou a efeito as prospeções, escavação, registo e levantamento dos materiais líticos. Para além do contacto com estas eminentes figuras é notório que as mesmas lhe reconheciam qualidades quando o chamavam a colaborar. Nomeadamente, o Centro de Estudos de Antropobiologia, Miguel Ramos foi escolhido por António de Almeida, Carlos Teixeira e Teixeira da Mota para proceder à elaboração de um Atlas da Pré-história em África; sendo estes mesmos cientistas que o vão indicar para a MEASA em 1966.

Outra particularidade com especial interesse a referir sobre a MEASA está ligada ao facto de Miguel Ramos ter sido o primeiro a conseguir, no quadro da Junta, autonomizar a arqueologia, compondo aquela que seria a primeira missão arqueológica (MEASA). Até porque, o período em que o Estado Novo governou Portugal é exemplo do desinteresse oficial face à arqueologia, sobretudo, pelo motivo que a atenção do Governo português estava centrada especialmente na etnografia e história regional. Este interesse estava relacionado com os conceitos fundamentais deste regime político assentes em noções como

território, nação, tradição e história. Os quais formavam a identidade cultural do Estado Novo.

De igual modo o arquivo de Miguel Ramos e material arqueológico recolhido, à semelhança de outros arquivos e outras coleções, não representam apenas importância para os estudos arqueológicos da pré-história em Angola, mas também porque este conjunto entretanto se tornou num importante objeto de estudo para o campo da investigação de cultura material das ciências. Exemplos disso mesmo são a documentação, a biblioteca, os instrumentos adquiridos, a disposição dos laboratórios, as fotografias existentes, as coleções a disposição das coleções entre o demais.

E ainda, porque a MEASA é um observatório que possibilita contribuir para a avaliação da ciência em Portugal durante o Estado Novo.

Assim, todas as provas apresentadas e contidas neste estudo sustentam o objetivo de se concluir a pertinência deste projeto – a divulgação da MEASA através de uma exposição e de realização de seminários.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1 - FONTES

Alves, M. A. (2013). A Arqueologia no Extremo Oeste de Minas Gerais. *Espinhaço*, pp. 99-100.

Câmara Municipal de Sá da Bandeira. (janeiro a março de 1974). *BOLETIM CULTURAL* 36, pp. 56-58.

Capt, S. (s.d.). *Le site de Pincevent au Magdalénien*. Obtido de Séminaire de cultures préhistoriques: <http://grandeparoisse.free.fr/Pincevent.pdf>

Costa, A. C. (s.d.). A universidade portuguesa e o problema da sua reforma. *Conferências realizadas em 19 e 22 de abril de 1918 a convite da «Federação Académica de Lisboa»*. Porto, Tip. «Renascença Portuguesa».

Dedijer, Stevan .(1962). « Research and the Developing Countries – Problems and Possibilities», in Kaplan, N. (1975). *Science and Society*. New York: Arno Press.

Instituto de Alta Cultura - Junta de Investigações Científicas do Ultramar. (1974). *Acerca da Tipologia das achas no Acheulense de Angola - o caso de Capangombe-Santo António*. In *Memoriam António Jorge Dias vol. III* (pp. 313-324). Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar.

Instituto de Higiene e Medicina Tropical - Universidade Nova de Lisboa. (2014). *Comunicado*. Lisboa.

Instituto de Investigação Científica de Angola. (1972). Algumas descobertas recentes no Sudoeste de Angola. *Boletim Vol. 9 N.º 1*, pp. 95-101.

Instituto de Investigação Científica Tropical. (s.d.). *Dossier B-21: 2 (Miguel Ramos)*. Lisboa: Ex-Centro de Pré-história e Arqueologia.

Instituto de Investigação Científica Tropical. (s.d.). *Dossier B-31: 3 (Miguel Ramos)*. Lisboa: Ex-Centro de Pré-história e Arqueologia.

Instituto de Investigação Científica Tropical. (s.d.). *Dossier B-31: 4 (Miguel Ramos)*. Lisboa: Ex-Centro de Pré-história e Arqueologia.

Instituto de Investigação Científica Tropical. (s.d.). *Dossier D-32 (Miguel Ramos)*. Lisboa: Ex-Centro de Pré-história e Arqueologia.

Junta de Investigações do Ultramar. (1964). *Estudos Sobre Pré-história do Ultramar Português: n.º 50 - Volume 2.º*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

Morato, X. (1937). Elementos Históricos acerca da primeira Faculdade de Medicina no Campo de Santana. Separata de «O Médico», 1850.

Nabais, A. J., & Carvalho, J. (1993). O Discurso Expositivo. In U. Aberta, *Iniciação á Museologia* (p. 137). Lisboa: Universidade Aberta.

Ramos, M. (1986). *Curriculum*. Lisboa.

Ramos, M. (1981). As Escavações de Capangombe e o Problema da M.S.A. no S.W. de Angola. *Leba*, pp. 29-35.

Ramos, M. (1980). Le Gisement Acheuleen de Capangombe - St. António. *Leba*, pp. 15-21.

Ramos, M. (1980). Nota Acerca de um Esferóide, do Tipo Bola, Encontrado na Área do Hoque (Província do Lubango - Angola). *Leba*, pp. 11-13.

Ramos, M. (1979). Gravuras Rupestres de Monte Negro. *Leba*, pp. 11-44.

Ramos, M. (1974). Acerca da Tipologia das Achas no Acheulense de Angola. In Junta de Investigações Científicas do Ultramar, *In Memoriam António Jorge Dias - Separata do Vol. III* (pp. 316-317). Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar.

Ramos, M. (s.d.). *Lista de material*. Lisboa.

Ramos, M. (s.d.). *Relatório sucinto de uma missão de estudo no Sudoeste de Angola: de 18 de Setembro 1966 a 17 de Março de 1967*. Lisboa.

2 - BIBLIOGRAFIA

Acciaiuoli, M. (2013). *António Ferro - A Vertigem da Palavra: Retórica, Política e Propaganda no Estado Novo*. Lisboa: Editorial Bizâncio.

APEQ. (2000). II Jornadas do Quaternário. Porto: Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário.

Baião, J. M. (2009). *Museus de Museus. Uma reflexão. Proposta para uma definição. Dissertação de Mestrado*. Lisboa.

Ballart, J. (2010). *El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso*. Barcelona: Editorial Planeta.

Bennett, T. (1995). *The birth of the museum: history, theory, politics*. London: Routledge.

Branco, J. F., & Oliveira, L. T. (1994). *A Coleção: ao encontro do povo - II*. Oeiras: Celta Editora.

Brandão, T. (2015). Caminhos históricos da política científica portuguesa. Da matriz republicana à Revolução de abril (1910-1976). *Cescontexto: n.º 11 - Debates*, pp. 102-137.

Brandão, T. (2009). Instituições e políticas científicas no século XX português. Uma aproximação político-institucional à história da ciência. UFRJ - *Scientiarum História II - 2º Congresso de História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia*, pp. 1-6.

Brito, Joaquim Pais.(2006).«Patrimónios e identidades: a difícil construção do presente», in Peralta, Elsa e Anico, Marta. *Patrimónios e identidades – Ficções Contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora, pp. 43-51.

Caraça, João. (2002). «Ciência e investigação em Portugal no século XX», in Pernes, F. (2002). *Panorama da cultura portuguesa no século XX*. Porto: Afrontamento.

Carvalho, J. B. (1974). *O Obscurantismo Salazarista*. Seara Nova.

Castelo, I. F. (2014). Traços da presença portuguesa no Vale do Zambeze entre os sécs. XVI-XIX à luz das pesquisas realizadas pela Brigada de Estudos de Pré-história e Arqueologia (JIU) entre 1971 e 1972. *Dissertação de Mestrado*. Lisboa.

Castelo, C. (2012). *Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974*. Obtido de História, Ciências, Saúde-Manguinhos: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702012000200003

Centre National de la Recherche Scientifique. (1991). *Le Musée d' ethnographie du Trocadéro (1878 - 1908): Anthropologie et Muséologie en France*. Paris: Editions du CNRS.

Choay, F. (2006) [1982]. *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.

Clark, J. D. (1966). The Distribution of Prehistoric Culture in Angola: n.º 73. Lisboa: *Publicações Culturais da Companhia dos Diamantes de Angola*.

Coelho, A. G., Pinto, I., & Casanova, M. (2014). A Coleção Arqueológica do IICT no Novo Milénio. *Antrope*, pp. 6-22.

Coelho, A. G., & Mota, P. F. (2010). Capangombe-Santo António (355-11): uma estação lítica do sudoeste de Angola. In IICT, *Viagens e missões científicas nos trópicos: 1883-2010* (pp. 106-109). Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

Coombes, A. E. (1994). *Reinventing Africa: Museums, Material Culture and Popular Imagination*. New Haven and London: Yale University Press.

Cortizas, A. M. (05 de 09 de 2015). What is natural: the role of palaeoenvironmental research in reconstructing the history of continental ecosystems. Santiago de Compostela, Spain.

Daveau, S. (2000). Fases Históricas e Perspectivas Actuais do Estudo do Quaternário em Portugal. *APEQ, n.º 3*, pp. 5-14.

Duncan, C. (1995). *Civilizing rituals: inside public art museums*. London: Routledge.

- Ervedosa, C. (1980). *Arqueologia Angolana*. Lisboa: Edições 70.
- Fabião, C. (1999). Um século de Arqueologia em Portugal -In *Al-madan*, p. 107.
- Fabião, C. (1996). Archaeology and nationalism: the Portuguese case. In M. Díaz-Andreu, & T. Champion, *Nationalism and archaeology in Europe*. London: UCL Press.
- Faria, Margarida Lima. (2006). «Trajectórias sociais e Representações de Património». Joaquim Pais. (2006). «Patrimónios e identidades: a difícil construção do presente», in Peralta, Elsa e Anico, Marta. *Patrimónios e identidades – Ficções Contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora, pp. 55-63.
- Fernandes, J. B. (2014). As Pinturas do Abrigo do Tchitundu-Hulu Mucai. *Dissertação de Mestrado*. Tomar.
- França, J. C., & Almeida, A. (1960). *Estudos Sobre Pré-história do Ultramar Português: n.º 16*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Galison, P., & Hevly, B. (1992). *Big Science: the Growth of Large-Scale Research*. Stanford: Stanford University Press.
- Gallay, A. (2013). *André Leroi-Gourhan et l'ethnologie : gérer un héritage*. Obtido de http://www.archeo-gallay.ch/7a_ineditsTx/7aLeroi-Gourhan2.pdf
- Gaspar, M. D. (2009). Arqueologia, Cultura Material e Patrimônio. Sambaquis e Cachimbos. In M. d. MAST, *Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia* (pp. 39-52). Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST.
- Gouvêa, G. (2009). A Cultura Material e a Divulgação Científica. In M. d. MAST, *Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia* (pp. 327-344). Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST.
- Harris, M. (1982). *El materialismo cultural*. Madrid: Alianza Editorial .
- ICOM. (2013). *Conceitos-chave de Museologia*. São Paulo: Armand Colin.
- Imprensa Nacional - Casa da Moeda. (2004). *Enciclopédia Einaudi: Memória-História 1*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Instituto de Investigação Científica Tropical. (2008). *Saber Tropical: 125 anos*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Instituto de Investigação Científica Tropical. (2010). *Viagens e Missões Científicas nos Trópicos: 1883-2010*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Kipnis, R., & Ybert, R. (s.d.). *Arqueologia e Paleoambientes*. Obtido de <https://leiaufsc.files.wordpress.com/2013/03/3-3-kipnis-r-scheel-ybertr-arqueologia-e-paleoambientes.pdf>
- Leroi-Gourhan, A. (1984). *Evolução e técnicas I: o homem e a matéria*. Lisboa: Edições 70.
- Leroi-Gourhan, A. (1984). *Evolução e técnicas II: o meio e as técnicas*. Lisboa: Edições 70.

Leroi-Gourhan, A., & Brézillon, M. (1975). *Fouilles de Pincevent. Essai d'analyse ethnographique d'un habitat magdalénien*. Bollettino del Centro Camuno di Studi Preistorici, pp. 180-183.

Lobato, M. (2010). A Comissão de Cartographia e a produção científica colonial portuguesa da monarquia constitucional à I República (1883--1936). In IICT, *Viagens e missões científicas nos trópicos: 1883-2010* (pp. 13-18). Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

Martins, A. C., Senna-Martinez, J., Castelo, I., & Conde, P. (2013). Arqueologia e Agenda Colonial Durante o Estado Novo: (Des)conhecimento ou (In)diferença? O Caso de Moçambique. *Colóquio Internacional Conhecimento e Ciência Colonial*. Lisboa.

Martins, A. C. (2013). Manuel Heleno (1894-1970) e a Arqueologia no Estado Novo. *Estudos Arqueológicos de Oeiras: vol. 20*, p. 776.

Martins, A. C. (2011). António Jorge Dias (1907-1973) e a Arqueologia em Portugal. *O Arqueólogo Português, Série V*, 1, pp. 329-357

Martins, A. C. (2010). A Arqueologia nas missões científicas: ad initium. In IICT, *Viagens e missões científicas nos trópicos: 1883-2010* (pp. 99-105). Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

Martins, A. C. (2009). O lugar da Arqueologia nas Missões Científicas ultramarinas portuguesas de novecentos. In *Lusofonia e (neo)colonialismo: Culturas e valores, identidades linguísticas e estudos pós-coloniais - Volume I* (pp. 606-613). Braga: Universidade do Minho.

Martins, A. C. (2009). O Megalitismo no Discurso Arqueológico Português Entre o Liberalismo e o Estado Novo: uma primeira e sumária abordagem. *Estudos Arqueológicos de Oeiras: vol. 17*, pp. 607-616.

Matos, P. F. (2013). A Promoção do Conhecimento Colonial Através da Criação de Missões Científicas: o caso dos planos de estudos antropológicos. *Colóquio Internacional Conhecimento e Ciência Colonial*. Lisboa.

Matos, D. F. (2013). Tecnologia Lítica da Middle Stone Age da Gruta da Leba (Huíla, SW Angola). *Dissertação de Mestrado*. Faro.

Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST. (2009). *Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST.

Ó, J. R. (1999). *Os anos de Ferro: O dispositivo cultural durante a «Política do Espírito» 1933-1949*. Lisboa: Editorial Estampa.

Poloni, R. J. (2012). Expedições Arqueológicas nos Territórios de Ultramar: Uma Visão da Ciência e da Sociedade Portuguesa do Período Colonial. *Tese de Doutoramento*. Faro.

Renfrew, C., & Bahn, P. (1998). *Arqueología: teorías, métodos y práctica*. Madrid: Ediciones Akal.

Renfrew, C., & Bahn, P. (2012). *Archaeology: theories, methods and practice*. London: Thames & Hudson.

Ribeiro, J. P. (1993). Contribuição para o estudo do Paleolítico do Vale do Lis no seu contexto crono-estratigráfico. *Portugália*, vol. XIV, pp. 7-113.

Ribeiro, J. P. (1997). Os machados de mão no Paleolítico Inferior português. *Portugália*, vol. XVIII, pp. 23-50.

Rollo, M. F., Meireles, P., Ribeiro, M., & Brandão, T. (2013). Arquivos de Ciência: memória e história da organização da ciência em Portugal. *Córdoba*, Argentina.

Rollo, M. F., Queiroz, M. I., Brandão, T., & Salgueiro, Â. (2012). *Ciência, Cultura e Língua em Portugal no Século XX. Da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Rollo, M. F., Meireles, P., Ribeiro, M., & Brandão, T. (2012). História e Memória da Ciência e da Tecnologia em Portugal. O Arquivo de Ciência e Tecnologia da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, pp. 233-261.

Rollo, M. F. (2008). *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra. O Plano Marshall e a Economia Portuguesa nos anos 50*. Lisboa: MNE-ID.

Rosa, F. D., & Verde, F. (2013). *Exploradores portugueses e reis africanos: viagens ao coração de África no século XIX*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

Rosas, F. (2011). A Depuração Política do Corpo Docente das Universidades Portuguesas durante o Estado Novo (1933-1974). Lisboa: *Comissão Organizadora da Homenagem aos Docentes Demitidos das Universidades Portuguesas pelo Estado Novo*.

Rosas, F., & Oliveira, P. (2004). *A Transição Falhada. O Marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias.

Rosas, F. (2000). *Salazarismo e Fomento Económico (1928-1948). O Primado do Político na História Económica do Estado Novo*. Lisboa: Editorial Notícias.

Rosas, F. (1999). «Estado Novo, Universidade e depuração política do corpo docente», in Proença, M. C. (1999). *Maior de 1968: trinta anos depois os movimentos estudantis em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri.

Rosas, F. (1995). *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939-1945*. Lisboa: Editorial Estampa.

Soares, L., Costa, A., & Gomes, A. (2010). Geografia, Arqueologia e Sistemas de Informação Geográfica: exemplos de articulação no estudo da dinâmica do povoamento na pré-história do Norte de Portugal. *III Jornadas do Quaternário*. Braga.

Soares, A. L. (2004). Contribuição à Arqueologia Guarani: Estudo do Sítio Ropke. *Tese*. São Paulo, pp. 39, 43, 48, 49, 119.

Telo, A. J. (1994). *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Cosmos.

Tilley, C. (1991). *Material Culture and Text. The Art of Ambiguity*. London: Routledge.

Trigger, B. G. (2006). *A history of archaeological thought*. New York: Cambridge University Press.

UNESCO. (2010). *História geral da África: Metodologia e pré-história da África*. Brasília: Joseph Ki-Zerbo.

Universidade Aberta. (1993). *Iniciação à Museologia*. Lisboa: Universidade Aberta.

Vieira, H. I. (2009). *Exposições: Formas de Comunicar e Educar em Museus. Relatório de Estágio*. Mestrado. Porto.

Werner, D. (2002). Marvin Harris (1927-2001). *ILHA*, pp. 155-159.